

VIII Semana de Estudos Medievais

01 a 03 de dezembro de 2009

Promoção:

Programa de Estudos Medievais da UFRJ
www.pem.ifcs.ufrj.br

Coordenação Geral

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva
Leila Rodrigues da Silva

Comissão organizadora

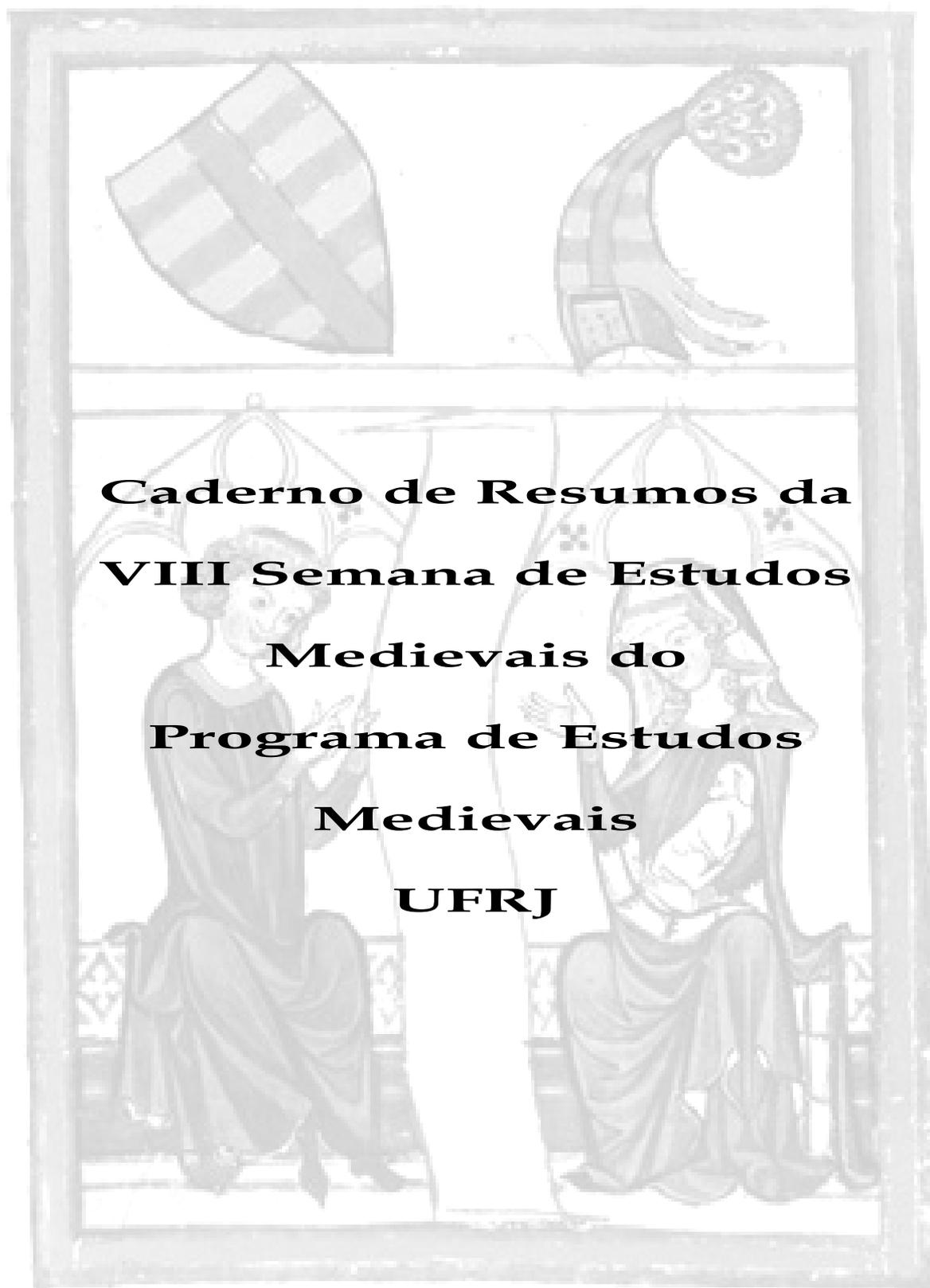
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva
Carolina Coelho Fortes
Leila Rodrigues da Silva
Rita de Cássia Damil Diniz
Rodrigo dos Santos Rainha

Apoios

ABREM - Associação Brasileira de Estudos Medievais
ITF - Instituto Teológico Franciscano
NUEG - Núcleo de Estudos Galegos da UFF
PPGHC - Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ
PROEG - Programa de Estudos Galegos da UERJ
Translatio Studii - Núcleo Dimensões do Medievo da UFF

Patrocínio

Banco do Brasil
Fundação José Bonifácio - UFRJ
Pró-reitoria de Extensão da UFRJ - PR-5



**Caderno de Resumos da
VIII Semana de Estudos
Medievais do
Programa de Estudos
Medievais
UFRJ**

Editoração eletr nica e organiza o do volume
Leila Rodrigues da Silva
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

APRESENTAÇÃO

O **Programa de Estudos Medievais** (Pem) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mantendo o seu compromisso de promover e consolidar os estudos acadêmicos sobre o medievo no Brasil, realiza regularmente, desde sua criação, em 1991, diversas atividades. A promoção e organização da *VIII Semana de Estudos Medievais* (VIII SEM) é mais uma dessas iniciativas.

A VIII SEM, como as anteriores, possui como seu principal objetivo configurar-se como um espaço para a divulgação da produção acadêmica de pesquisadores em nível de Graduação e Pós-graduação de todo o país. Neste sentido, durante o evento, alunos de diferentes instituições de ensino que concluíram seus cursos a partir de 2007 ou ainda estão cursando e com formação em diversas áreas – História, Filosofia, Letras, Teologia, Música e Artes – poderão dialogar e aprimorar seus conhecimentos no campo dos estudos medievais. Nesta edição, receberemos discentes provenientes de várias instituições brasileiras, entre as quais UFRJ, UERJ, UFF, UFPB, UFG, UNIRIO, UFES, UFPR, UNESP, USP, Estácio de Sá e Gama Filho.

O evento contará ainda com a participação de pesquisadores com grande experiência. Dessa forma, especialistas coordenarão os debates nas sessões de comunicações e a professora Maria Cristina C. L. Pereira, da Universidade Federal do Espírito Santo, ministrará ao longo do evento o curso **Pensar em imagens: uma introdução à cultura visual do Ocidente Medieval**. Assim, além de estimular o diálogo entre os pesquisadores em formação, a VIII SEM também busca propiciar o diálogo destes com os estudiosos renomados.

Com a *VIII Semana de Estudos Medievais*,¹ o Pem ratifica sua tradicional preocupação com a promoção do intercâmbio multidisciplinar e interinstitucional e a consolidação dos estudos medievais em nosso país.

Leila Rodrigues da Silva
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

¹ Confira as atividades do Pem deste e dos anos anteriores em: www.pem.ifcs.ufrj.br/eventos.htm

VIII SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS - PROGRAMAÇÃO

MESAS DE COMUNICAÇÃO

1º DE DEZEMBRO - TERÇA-FEIRA

14h às 15h45min - 1ª Sessão de comunicação

Mesa 1: Representações do diabo na Idade Média

Coordenação: Maria do Carmo Parente (UERJ)

1. Representações do Mal e do Diabo no século XIII: São Brandão, São Lourenço e Santa Perpétua contra o Diabo

Alinde Gadelha Kühner (UFRJ)

2. Considerações sobre o Diabo na vida de São Emiliano

Bruno Garcia Mendes (UFRJ)

3. A primeira conversão e a luta contra o demônio na vida de Valério do Bierzo

Juliana Salgado Raffaeli (UFRJ)

4. O monge bêbado: diabo, monacato e pecado na Península Ibérica no século XIII

Thalles Braga Rezende Lins da Silva (UFRJ)

Mesa 2: Práticas pagãs e discurso eclesiástico

Coordenação: Ana Paula Lopes Pereira (UFRJ)

1. O poder da oratória preservado e desejado no diálogo entre paganismo e cristianismo durante a Antiguidade Tardia ocidental

Janira Feliciano Pohlmann (UFPR)

2. As práticas pagãs e o segundo Concílio de Braga

Nathalia Agostinho Xavier (UFRJ)

3. Calendário litúrgico e afirmação episcopal no século VI: rogações, ascensão e pentecostes nos escritos de Cesário de Arles

Paulo Duarte Silva (UFRJ)

4. Gregório de Tours e a escrita da história na Gália merovíngia

Verônica da Costa Silveira (USP)

Mesa 3: Retórica medieval

Coordenação: Ana Paula Tavares Guimarães (USP)

1. Um olhar sobre o outro: uma análise do relato do Frei João de Plano de Carpine sobre a religião e a religiosidade do povo mongol

Ana dos Anjos Santos (UFRJ)

2. “Ars artium, regimen animarum”: A reatualização do regimen medieval nos discursos sobre a morte entre os jesuítas (Império português - Séculos XVI a XVIII)

Diogo Luiz Lima Augusto (UFRJ)

3. As estratégias para um discurso comportamentalista em *De Gloria Confessorum*

Letícia Sousa Campos da Silva (UFF)

4. Átila, rei dos magiares. considerações acerca do uso retórico dos hunos na *Gesta Hungarorum* de Simão de Kéza (séc. XIII)

Otávio Luiz Vieira Pinto (UFPR)

Mesa 4: Filosofia medieval

Coordenação: Rodrigo Guerizoli (UFRJ)

1. A noção de dupla ordem de verdades segundo Tomás de Aquino na *Suma contra os gentios*

Elza Aparecida Feliciano (UFF)

2. Uma visão tomista sobre o modo de entender das substâncias puramente espirituais e da alma separada do corpo

Fernanda Cristina Lima de Oliveira (UFF)

3. Felicidade e Sumo Bem no combate ao maniqueísmo de Agostinho de Hipona

Joana Paula Pereira Correia (UFES)

4. Usando os milagres na análise do conhecimento. Uma questão de Guilherme Crathorn

Rodrigo Guerizoli (UFRJ)

16h às 17h45min – 2ª Sessão de comunicação

Mesa 5: Educação e religião na Idade Média

Coordenação: Carolina Coelho Fortes (UFF)

1. Caridade, *Affectus* e amizade espiritual na antropologia cisterciense

Ana Paula Lopes Pereira (UFRJ)

2. A organização dos estudos e a institucionalização da Ordem dos Pregadores no século XIII

Carolina Coelho Fortes (UFF)

3. Mariologia medieval: amor e poder nos sermões de Bernardo de Claraval

Guilherme Antunes Júnior (UFRJ)

4. A Ordem Dominicana e a palavra no século XIII: estudo sobre o uso da educação como ferramenta da cristandade após a Reforma Gregoriana

Marcos Abrahão (Gama Filho)

5. O *Institutionum Disciplinae* e as diretrizes educacionais presentes no epistolário de Bráulio de Saragoça: uma proposta de análise comparada

Rodrigo dos Santos Rainha (UFRJ)

Mesa 6: Latinidade cristã na Antiguidade Tardia: testemunhos litúrgicos do *Liber Ordinum*

Coordenação: Antonio Marcos Gonçalves Pimentel (UFF)

1. A morfossintaxe latina na (re)construção da cruz cristã

Antonio Marcos Gonçalves Pimentel (UFF)

2. *Oratio pro vestimentis*: uma análise linguística de rituais do *liber ordinum*

Douglas Gonçalves de Souza (UFF)

3. As relações de poder entre masculino/feminino nos mosteiros da Espanha visigótica

Luciana Mourão Maio (UFF)

4. A teoria da referenciação nos rituais litúrgicos da igreja hispânica visigótica

Nilcileia da Silva Rosário (UFF)

5. O olhar da igreja “sobre” o judaísmo a partir da *oratio super convertente iudeo*, da liturgia moçárabe

Raphael de Siqueira David (UFF)

6. *Ordo penitentiae*: leitura de um rito penitencial da liturgia visigótica

Thiago da Silva Pinheiro (UFF)

Mesa 7: Monasticismo na Alta Idade Média

Coordenação: Alex da Silveira de Oliveira (UFRJ)

1. A relação entre o episcopado e o monacato visigodos no século VII

Alex da Silveira de Oliveira (UFRJ)

2. O corpo e o poder do abade sobre os monges no monacato visigodo: o caso da *Regula Isidori* (615-620)

Bruno Uchoa Borgongino (UFRJ)

3. “A via mais estreita e difícil”: eremitismo e santidade na concepção de Valério de Bierzo

Guilherme Marinho Nunes (UFRJ)

4. Dos Evangelhos, dos sentidos, das matérias, de outras tantas coisas e do tempo. A *Divina Quaternidade* de Raoul Glaber

Rafael José Bassi (UFPR)

Mesa 8: Relações de poder no Baixo Medievo

Coordenação: João Cerineu L. de Carvalho (UFF)

1. *Que façamos hua cousa que se comece e acabe por nos mesmos. hierarquia, poder e exemplo na Crônica de Zurara (séc. XV)*

Daniel Augusto Arpelau Orta (UFPR)

2. Estado e poder no Portugal afonsino do século XV

João Cerineu L. de Carvalho (UFF)

3. O mestre da Diplomacia

Márcia Gomes Fernandes (USP)

4. Lutero e a autoridade secular

Tamiris Alves Muniz (UFG)

02 DE DEZEMBRO – QUARTA-FEIRA

14h às 15h45min – 1ª Sessão de comunicação

Mesa 9: Agentes sociais: o cavaleiro, o burguês e a mulher

Coordenação: Gracilda Alves (UFRJ)

1. Os Contos da Cantuária e a representação feminina em Geoffrey Chaucer

Anna Beatriz Esser dos Santos (UFRJ)

2. A atuação da Burguesia nos concelhos municipais no reinado de D. Dinis

Bruno Marconi da Costa (UFRJ)

3. A Bruxa de Wapping: uma análise documental

Carla Correia Gonçalves (UFRJ)

4. Representações da mulher medieval portuguesa no teatro vicentino

Carolina Viana Machado (UFRJ)

5. “Partiremos com a graça de Deos” – A cavalaria no medievo português

Eduardo Francis Gomes da Silva (UFRJ)

Mesa 10: Historiografia e documentos

Coordenação: José Costa D’Assunção Barros (UFRRJ)

1. Considerações acerca da produção historiográfica sobre a *Historia Wambae*, de Julian de Toledo (séc. VII)

Adriana Conceição de Sousa (UFRJ)

2. [Re] discutindo as diferentes aplicabilidades da documentação medieval: o caso da Irlanda

Pedro Vieira da Silva Peixoto (UFRJ)

3. Civilização e cristianismo medievais: um estudo sobre o nascimento da Europa na visão de Christopher Dawson

Tarcísio Amorim Carvalho (UFRJ)

4. O purgatório na Idade Média

Vinício Costa Zebende (UFRJ)

Mesa 11: A Santidade na Idade Média

Coordenação: Sandro Roberto da Costa (ITF)

1. Os estatutos dos sínodos calagurritanos e as representações da santidade em Castela no século XIII: um problema e uma questão

Bruno Gonçalves Álvaro (UFRJ)

2. A figura do diabo na vida de São Bartolomeu da Legenda Áurea

Dimas Vieira de Almeida Ferreira (UFRJ)

3. Juliana, Ágata e Anastácia: santas virgens e mártires na obra *Legenda Áurea*

Juliana Martins Silva (UFG)

4. Um no meio de muitos, mas um especificamente: Galgano de Guidotti dentre outros veneráveis italianos do século XII

Marcelo Fernandes de Paula (UFRJ)

5. São Jorge: o Dragão e o Poder do Sinal-da-Cruz

Priscila G. Falci (UFRJ)

Mesa 12: Gênero e poder na Idade Média

Coordenação: Marcelo Pereira Lima (UFF)

1. Apontamentos sobre a representação da mulher nas pastorelas galego-portuguesas

Henrique Marques Samyn (UERJ)

2. Entre a lei e a vontade: reflexões sobre gestão patrimonial pelas mulheres nos Reinos Ibéricos medievais

Isabel Cristina Alves Martins (UFRJ) & Rosiane Graça Rigas Martins (UFRJ)

3. Gênero e *persona* jurídica: o caso do adultério nas *Siete Partidas* de Afonso X (1252-1284)

Marcelo Pereira Lima (UFF)

4. O matrimônio no século XIII: do IV Concílio de Latrão ao de Trento

Rosângela Santos (UFG)

16h às 17h45min - 2ª Sessão de comunicação

Mesa 13: Poder Régio e sociedade no medievo português

Coordenação: Gracilda Alves (UFRJ)

1. “Usurpação ou legitimidade?” a postura dos discursos cronísticos e a exaltação régia nos reinos de Castela e Portugal

Ana Carolina Delgado Vieira (USP)

2. Peregrinação e poder régio em Nossa Senhora de Guadalupe

Bruno Soares Miranda (USP)

3. A querela dos corregedores no reinado de D. João II

Denise da Silva Menezes do Nascimento (USP)

4. O exercício do poder régio em Portugal (século XIII)

Marina Cavalcanti e Silva Neofiti (USP)

5. A mulher e a legislação laica portuguesa no quatrocentos

Sooraya Karoan Lino de Medeiros (USP)

Mesa 14: A Península Ibérica em dois momentos

Coordenação: Mário Jorge da Motta Bastos (UFF)

1. Os Moçárabes na Região de Al-Andaluz: conflitos entre cristãos e muçulmanos

Amanda Pereira Dias (USP)

2. A Batalha de Covadonga: discutindo as origens da Reconquista

Bruno de Melo Oliveira (UFF)

3. Relações pessoais de dependência e subordinação: a dominação no alto-medievo ibérico (sécs. VI-VIII)

Paulo Henrique de Carvalho Pachá (UFF)

4. A hegemonia peninsular visigoda à luz da perspectiva histórica da elite eclesiástica

Rita de Cássia Damil Diniz (UFRJ)

Mesa 15: A cavalaria na Idade Média

Coordenação: Francisco José da Silva Gomes (UFRJ)

1. De Milis Christi: São Bernardo e o modelo de cavaleiro templário

Flávia Rocha do Nascimento (UFRJ)

2. A construção de um novo paradigma de cavalaria a partir da dinastia de Avis: o modelo do Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela

Katiuscia Quirino Barbosa (UFF)

3. Cavalaria, eremitismo e salvação n' a Demanda do Santo Graal

Neila Matias de Souza (UFF)

4. Considerações sobre o Cavaleiro Malvado, segundo Ramon Llull (século XIII)

Roberto Nascimento Cárdua (Estácio de Sá)

Mesa 16: Portugal medieval

Coordenação: Miriam L. Impillizieri Silva (UERJ)

1. A Ordem de Cristo e a afirmação do poder régio português

Antonio Fernando Cordeiro Guedes Junior (UFPB)

2. Enquadramento da pobreza: assistencialismo e repressão estatal em Portugal Baixo Medieval

Daniel Tomazine Teixeira (UFF)

3. Um diplomata em busca de um grande sonho ocidental: uma representação de D. Pedro no Livro del infante D. Pedro de Portugal

Douglas Mota Xavier de Lima (UFF)

4. D. Dinis e a concordata de onze artigos: uma primeira tentativa de pacificação com o poder eclesiástico

Láisson Menezes Luiz (UFG)

03 DE DEZEMBRO – QUINTA-FEIRA

14h às 15h45min – 1ª Sessão de comunicação

Mesa 17: Península Ibérica na Alta Idade Média

Coordenação: Marcus da Silva Cruz (UFMT)

1. As atas do VI Concílio de Toledo: uma análise preliminar

Juliana Prata da Costa (UFRJ)

2. Considerações acerca da virgindade no reino visigodo

Michelle de Oliveira Santos (UFRJ)

3. Pecado, vício e virtude na alta idade média a partir de duas obras de Isidoro de Sevilha

Nathália Cardoso Rachid de Lacerda (UFRJ)

4. Hagiografias altomedievais hispânicas: sua utilização como documentação histórica

Rodrigo Ballesteiro Pereira Tomaz (UFRJ)

Mesa 18: Direito e Justiça na Idade Média

Coordenação: Marta de Carvalho Silveira (UFF)

1. As virtudes da realeza castelhana no discurso jurídico do *Fuero Real*

Jorge Gabriel Rodrigues de Oliveira (UFRJ)

2. A figura do escrivão público na concepção jurídica do *Fuero Real*

Marta de Carvalho Silveira (UFF)

3. A concepção de justiça nas crônicas medievais portuguesas: Fernão Lopes e o contexto dos séculos XIV e XV

Rodrigo Barbosa Schiavinato (UFPR)

4. Os judeus e as leis suntuárias nas cortes castelhanas do século XIII

Samara Cristina Zupeli (UFES)

5. O milagre renegado. Representação régia e poder de cura na Península Ibérica: o governo de Afonso X através das Cantigas de Santa Maria

Gisela Monzato do Couto (UNIRIO)

Mesa 19: A santidade medieval

Coordenação: Jefferson Eduardo dos Santos Machado (UNIG - CUMSB)

1. A vida de santa Clara de Assis no mosteiro de São Damião. Um estudo do Processo de Canonização de Santa Clara de Assis (1255)

Alessandra dos Santos Ferreira (UFG)

2. A eucaristia nos escritos de Francisco de Assis no século XIII: uma análise das cartas aos clérigos, aos custódios e a toda ordem

Hugo Ribeiro Nepomuceno (UFRJ)

3. Santos e Guerreiros: tendências e confluências na Inglaterra Anglo-Saxônica (séculos VII-VIII)

Renato Rodrigues da Silva (UFF)

4. Considerações sobre a *Decretal Exiivi* de Paradiso de Clemente V: a Regra Franciscana sob o prisma Papal

Verônica Aparecida Silveira Aguiar (USP)

Mesa 20: Literatura Medieval

Coordenação: Álvaro Alfredo Bragança Jr. (UFRJ)

1. Bíblia Medieval Portuguesa: considerações sobre o Gênesis

Andréa Silva da Costa (UFRJ)

2. Mito à luz dos fatos: Dietrich von Bern como modelo de poder na literatura medieval

Bianca Regina de Oliveira (UFRJ)

3. A cópula do feminino e do diabólico na literatura medieval: os germens do estereótipo da bruxa em a demanda do Santo Graal

Francisco de Souza Gonçalves (UERJ)

4. De Rigmel, Herselot e outras damas anglo-normandas: algumas notas sobre o corpo feminino no *Roman de Horn* (1170)

Gabriela da Costa Cavalheiro (UFRJ)

16h às 17h45min – 2ª Sessão de comunicação

Mesa 21: Literatura e Islã medieval

Coordenação: Jaqueline Calazans (UFRJ)

1. A sexualidade no Islã clássico através de Nafwazi em “campos perfumados” (séc. XV)

Célia Daniele Moreira de Souza (UFRJ)

2. Poesia e ascetismo na era abássida

Diogo dos Santos Silva (UFRJ)

3. Quando a água e o vinho se misturam: o sagrado e o profano na poesia árabe medieval

Giovanna Marina Giffoni (UFF)

4. Ibn Khaldun e o muçulmano perfeito

Paulo Vinicius Figueiredo dos Santos (Gama Filho)

Mesa 22: Arte e religiosidade na Idade Média

Coordenação: Maria Beatriz de Mello e Souza (UFRJ)

1. Tradição e inovação: a flagelação de Cristo de Andrea Mantegna (C.1431-1506)

André Guimarães Mesquita (UFRJ)

2. A importância da imagem na Idade Média e o fenômeno da santidade

Bruna Cruz Baptista (Gama Filho)

3. Investigações sobre o livro cabalístico Zohar

Bruno dos Santos Silva (UERJ - UFF)

4. A Percepção Visionária em *Apocalypsis cum figuris* de Albrecht Dürer (1498)

Paulo Roberto Parq Alves Pedreira (UFRJ)

Mesa 23: Poderes e representações na Idade Média

Coordenação: Paulo André Parente (UNIRIO)

1. As duas faces da realeza de Castela no século XIII

Almir Marques de Souza Junior (UFF)

2. Simon de Montfort e a figura do vassalo perfeito na obra *Histoire Albigeoise* de Pierre des Vaux de Cernay

Eduardo Luiz de Medeiros (UFPR)

3. Tipologia aristocrática bizantina e a formação dos *Archontes Komnenoi* (séculos IX-XII)

João Vicente de Medeiros Publio Dias (UFPR)

4. As representações de villania na obra teatral do paduano Angelo Beolco (1494-1542), o ruzante

Maria de Nazareth Eichler Sant'Angelo (FGV/CPDOC)

CURSO

Dias: 01 a 03 de dezembro

Horário: 18h30min às 19h30min

Título: Pensar em imagens: uma introdução à cultura visual do Ocidente Medieval

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina C. L. Pereira - PPGA - UFES

Local: sala 106 - Largo de São Francisco, 1 - Centro - IFCS

LANÇAMENTO DE LIVROS

Dia: 01 de dezembro

Horário: 17h45min

Local: sala 106 - Largo de São Francisco, 1 - Centro - IFCS

MESA DE ABERTURA

Dia: 01 de dezembro

Horário: 18h

Local: sala 106 - Largo de São Francisco, 1 - Centro - IFCS

ATIVIDADE CULTURAL

Leitura de Texto (Decamerão)

Dia: 02 de dezembro

Horário: 19h30min

Local: sala 106 - Largo de São Francisco, 1 - Centro - IFCS

MINI CURSO:

**PENSAR EM IMAGENS: UMA INTRODUÇÃO À CULTURA VISUAL
DO OCIDENTE MEDIEVAL**

Profa. Dra. Maria Cristina C. L. Pereira – PPGA - UFES

A partir de uma seleção de imagens, em diversos suportes e de diferentes épocas, serão discutidas questões variadas concernentes à cultura visual medieval, tais como: modos de funcionamentos das imagens; relações entre texto e imagem; exegese visual; recepção; lugares das imagens; imagens nas margens; imagens e sincretismos culturais; entre outras.

Assim, em lugar de uma abordagem pautada pela apresentação dos diferentes “estilos” artísticos, iremos refletir sobre as imagens medievais enquanto forma de pensamento, com suas especificidades próprias, dentro do campo de estudos que se pode chamar, a partir de Aby Warburg, da "*Kulturwissenschaftliche Bildgeschichte*" (a "História das imagens do ponto de vista sócio-cultural").

COMUNICAÇÕES

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A *HISTORIA WAMBAE*, DE JULIAN DE TOLEDO (SÉC. VII)

Adriana Conceição de Sousa – UFRJ

Integramos, desde 2005, a equipe de pesquisadores do Programa de Estudos Medievais que, sob orientação da professora Leila Rodrigues da Silva (UFRJ), tem há vários anos desenvolvido estudos voltados à compreensão das relações de poder nos reinos germânicos da Alta Idade Média, com destaque para os reinos suevo e visigodo na Península Ibérica. Nossas pesquisas privilegiam, em particular, o papel da produção intelectual eclesiástica, e da produção literária laica por ela influenciada, na dinâmica de disputas políticas e institucionais verificada naqueles reinos.

Como parte das reflexões visando a futura continuidade da pesquisa desenvolvida em nossa monografia de graduação, este trabalho terá o objetivo de apresentar um breve balanço da produção historiográfica recente a respeito da *Historia Wambae*, narrativa escrita em fins do século VII pelo bispo Julian de Toledo, a qual se propõe a descrever os princípios do reinado do monarca visigodo Wamba (672-680), desde sua ascensão ao trono até a repressão da rebelião nobiliárquica liderada pelo *dux* Paulo. Nossa comunicação terá como foco as conclusões da historiografia a respeito das questões políticas que marcaram o contexto de elaboração desta narrativa.

A VIDA DE SANTA CLARA DE ASSIS NO MOSTEIRO DE SÃO DAMIÃO. UM ESTUDO DO PROCESSO DE CANONIZAÇÃO DE SANTA CLARA DE ASSIS (1255)

Alessandra dos Santos Ferreira - UFG/Campus Catalão

A vida de Clara no mosteiro de São Damião é caracterizada, como podemos observar no seu Processo de Canonização, por muitas virtudes. Dentre as vinte testemunhas que depõem no referido processo as quinze primeiras, que são as “*sorores*”, retratam com maiores informações como foi à vida da fundadora da Ordem das “*Clarissas*” ou “*Damas Pobres*” no mosteiro de São Damião. Além das virtudes que eram esperadas de todos os cristãos e principalmente das santas, como caridade e humildade, a diferença da Santa Madre são: que suas virtudes e os costumes no mosteiro foram marcados, dentre outras características pela oração, pelos jejuns e penitências, bem como pelo amor à pobreza, aos pobres e às Irmãs. Além do mais, Clara ensinava às suas irmãs o amor a Deus, a confissão integral dos pecados – um sinal de obediência às normas do IV Concílio do Latrão, de 1215, contidas no cânone 21 que manda a todos os fiéis que, assim, que chegar aos anos da razão, confesse seus pecados ao menos uma vez por ano, o que demonstra um sinal de sua obediência à Igreja por parte de Clara e de seu distanciamento das heresias. Clara queria a sua Ordem fosse reconhecida e aprovada pela Igreja. Para isto, soube se curvar, se submeteu a si mesma e suas irmãs à Regra beneditina, mas mesmo assim, lutou para ter sua própria Regra bulada, tanto que conseguiu que fosse aprovada pelo Papa, pára assim viver os ideais de vida defendidos por ela.

A RELAÇÃO ENTRE O EPISCOPADO E O MONACATO VISIGODOS NO SÉC. VII

Alex da Silveira de Oliveira – UFRJ

Tivera presença constante nos contextos históricos visigóticos do século VII e menção comum na sua produção literária, um movimento ascético-comunitário entendido e classificado por cenobítico.

Este movimento alcançou tamanha estrutura organizacional que a projeção de seus interesses esteve na iminência de chocar-se com os do episcopado majoritariamente estabelecido naquela região.

Para caracterizar esta relação conflituosa selecionamos um *corpus* documental composto por textos que orientavam os grupos religiosos em questão, a saber, as atas do IV concílio de Toledo e a regra monástica intitulada *Regula Communis* acrescida de seu *Pacto*.

Pelo estudo comparado deste material objetivamos analisar aspectos distintos deste conflito.

REPRESENTAÇÕES DO MAL E DO DIABO NO SÉCULO XIII: SÃO BRANDÃO, SÃO LOURENDO E SANTA PERPÉTUA CONTRA O DIABO

Alinde Gadelha Kühner - UFRJ

Nesta comunicação, apresentarei os resultados da pesquisa realizada a fim de redigir a monografia de final de curso em História. A monografia teve como tema representações do Diabo no século XIII. A análise deu-se através da comparação de quatro narrativas hagiográficas: duas da Península Ibérica e duas da Península Itálica. O primeiro deles foi escrito no mosteiro português de Santa Maria de Alcobaça: a *Nauigatio Sancti Brendani Abbatis*. A segunda foi redigida no mosteiro de San Millán de la Cogolla, pelo poeta riojano Gonzalo de Berceo: o *Martirio de Sant Laurent*. As duas últimas fazem parte da coletânea *Legenda Áurea*, escrita pelo dominicano Jacopo de Varazze: *São Saturnino, Santa Perpétua e outros companheiros* e *São Lourenço*. Essas hagiografias foram estudadas ao longo da minha trajetória como bolsista CNPq, em que fiz parte da pesquisa coletiva *Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade*.

Para a análise, o conceito "representação", de Roger Chartier, foi nosso fundamento. Como é um trabalho comparativo, trabalhou-se com o método desenvolvido por J. Kocka. Esta comparação foi realizada para responder à pergunta: é possível se pensar em uma representação identitária única para o Diabo no século XIII a partir da análise das representações contidas nas quatro hagiografias selecionadas? A resposta a essa pergunta será apresentada, de acordo com os resultados da pesquisa.

AS DUAS FACES DA REALEZA DE CASTELA NO SÉCULO XIII

Almir Marques de Souza Junior - UFF

Durante boa parte do século XIII, é possível observar a existência de dois paradigmas, aparentemente opostos, associados à realeza do reino de Castela. O primeiro deles – e também o mais recorrente nas fontes do período – apresenta os governantes daquele reino como um rei guerreiro incumbidos de proteger seu rebanho através das armas. O segundo retrata o soberano como um homem letrado, defensor da cultura dos saberes e das leis, um rei sábio.

Estas múltiplas formas pelas quais o poder central se apresentava perante a sociedade caracterizavam, na verdade, construções ideologicamente orientadas, cujos principais veículos de propagação eram os próprios documentos produzidos pela corte régia.

Com o intuito de compreender a lógica que orientava estes paradigmas, observaremos se estas imagens do poder realmente se constituíam como representações estanques e opostas, ou se é possível verificar algum ponto em que ambas convergiam. Para tanto, levaremos em consideração as motivações que justificavam a elaboração destes modelos idealizados, bem como os objetivos almejados por este discurso.

OS MOÇÁRABES NA REGIÃO DE AL-ANDALUZ: CONFLITOS ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS

Amanda Pereira Dias - USP

Neste texto pretendemos refletir sobre o papel dos moçárabes dentro da nova realidade vivenciada na Península Ibérica no século VIII e IX, a partir da invasão muçulmana no ano de 711. Em um momento, no qual ocorria a formação dos reinos cristãos no norte da Península, esses almejavam reconquistar o restante do território perdido e, ao mesmo tempo, os muçulmanos pretendiam manter sua conquista. O moçárabe representava os cristãos que viviam na região da al-Andaluz. Embora com o passar dos anos seu número tenha diminuído, ainda existiam na região muçulmana da Península Ibérica fiéis a religião cristã. Essas pessoas exerciam um papel importante dentro do califado muçulmano, pois evitavam uma conversão total e mantinham vivo o cristianismo dentro da região, desse modo alimentavam a idéia de uma restauração do antigo reino visigodo cristão.

“USURPAÇÃO OU LEGITIMIDADE?” A POSTURA DOS DISCURSOS CRONÍSTICOS E A EXALTAÇÃO RÉGIA NOS REINOS DE CASTELA E PORTUGAL

Ana Carolina Delgado Vieira – USP

O rei é o melhor de todos os senhores, responsável pela ordem e pela boa governança do reino. Mas ele deixa de ser o *primus inter pares* quando se dá o rompimento do pacto do bom regeer. A finalidade do poder real é justificada através da idéia da guarda e da aplicação das noções do direito, da paz e da justiça, mas quando se rompe este ciclo perfeito, o rei fere à coroa, anula assim o seu princípio.

Quando o compromisso do bem comum deixa de existir, é preciso que um novo rei assumira este compromisso público, para então deixar os povos em “assossego”. Este movimento de renovação não é natural, uma vez que ele nasce em meio à desordem. O “novo líder” surge neste cenário e se legitima enquanto o único candidato capaz de reconduzir o rebanho ao seu caminho verdadeiro. Cabe a ele restaurar a ordem perdida e aceitar os árduos encargos de ser rei. Mas, a usurpação do poder real se disfarçou muitas vezes com o colorido da justiça...

A proposta deste trabalho aqui é tentar localizar estes momentos nos quais a autoridade real é contestada nas crônicas de Pero Lopez de Ayala e Fernão Lopes, mais especificamente no reinado de D. Pedro I (1350-1369) e D. Henrique II (1366-1379) em Castela e com Dona Leonor Teles de Menezes (interregno de 1383) e D. João I (1385-1433), em Portugal. Tentaremos identificar como o discurso da usurpação do poder aparece nestes textos e como ele é abordado pelos cronistas em questão.

UM OLHAR SOBRE O OUTRO: UMA ANÁLISE DO RELATO DO FREI JOÃO DE PLANO DE CARPINE SOBRE A RELIGIÃO E A RELIGIOSIDADE DO POVO MONGOL

Ana dos Anjos Santos – UFRJ

Em nossa comunicação vamos traçar considerações sobre o relato da viagem de João de Plano de Carpine, franciscano enviado pelo papa ao Império Mongol, no século XIII. Nossa proposta é apresentar uma primeira análise do relato do Frei Carpine, centrando-nos na questão da religião e da religiosidade, discutindo como o frade relatou as diferenças e similitudes entre os chamados tártaros e o Ocidente cristão. Este trabalho apresenta conclusões parciais de nossa pesquisa monográfica, que é desenvolvida no âmbito do Programa de Estudos Medievais da UFRJ sob orientação da professora Andréia C. L. Frazão da Silva.

CARIDADE, AFFECTUS E AMIZADE ESPIRITUAL NA ANTROPOLOGIA CISTERCIENSE

Ana Paula Lopes Pereira – UFRJ

O objetivo de nosso é discutir a transformação do conceito Caridade e amizade espiritual, herdados do preceito evangélico da Caridade e da exegese dos Pais da Igreja e da antropologia agostiniana, no sistema teológico cisterciense, analisando os tratados de Bernardo de Clairvaux (*De Diligendo Deo*) e de Aelred de Rievaulx (*Speculum Caritatis* e *De amicitia Spirituali*). Pensamos que as mudanças sócio-religiosas ocorridas ao longo do século XII levam a uma nova idéia de pessoa e de sujeito consciente de si, o que implica em novas formas de manifestar os afetos. Nessa nova antropologia, entrevemos a possibilidade de relações de amizade espiritual no mundo monástico e fora dele, entre homens e mulheres que vivem em comunidades onde a pobreza, a castidade e a caridade são práticas efetivas e respondem às necessidades sociais e espirituais do laicado na virada dos séculos XII e XIII.

TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: A FLAGELAÇÃO DE CRISTO DE ANDREA MANTEGNA (C.1431-1506)

André Guimarães Mesquita - UFRJ

Este trabalho dá continuidade a pesquisa realizada com gravuras originais de Andrea Mantegna, pintor, desenhista e gravador padovano; pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional, no

Rio de Janeiro. Tais gravuras trazem representações da Paixão de Cristo, principal tema para a religiosidade laica desde o século XIII. Esta apresentação pretende analisar *A Flagelação de Cristo* gravada por Mantegna por volta de 1465.

As estampas de Andrea Mantegna traziam imagens grandes e complexas em composição e temática, com representações originais que remontam mais ao desenho e à pintura do que à gravura como tida até então, na Europa da segunda metade do século XV. Conjugavam novas técnicas e o estudo de tradições artísticas para lidar com problemáticas da composição, posições dos corpos, proporções, perspectiva, tradições clássicas, entre outras questões. Tais representações conferiam à gravura um novo status quanto a suas funções e usos, inserindo-a no restrito círculo das cortes e dos discursos humanistas que enfocavam as chamadas artes liberais.

Nesse sentido, privilegiamos os conceitos de Tradição e Inovação como abordados por Ernst Gombrich, grande pesquisador sobre o Renascimento Italiano, e também estudos recentes acerca das obras de Mantegna, publicados em 2006 (quicentenário de sua Morte), a fim de elucidar os estudos do artífice para as problemáticas da composição e perspectiva. Desta forma, compararemos o exemplar da *Flagelação de Cristo* com outras obras de mesma temática, procurando elucidar como essa conjuga em sua iconografia, tradições clássicas e diferentes inovações artísticas próprias do Quattrocento.

BÍBLIA MEDIEVAL PORTUGUESA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNESIS

Andréa Silva da Costa - UFRJ

A Bíblia foi a principal fonte de ensino e idéias que circulou no medievo. Afetou, direta ou indiretamente, diversos aspectos da vida social, como a moral, o direito, a arte, a educação, a literatura, a religiosidade. Foi o texto mais citado, copiado, parafraseado, sendo também resumido e traduzido. Do conjunto de traduções bíblicas ibéricas medievais, escolhemos para análise, visando a redação de nossa monografia final do curso de História, a tradução bíblica feita por uma comunidade portuguesa, que é denominada como *Bíblia Medieval Portuguesa*, no século XIV. O objetivo de nossa monografia é analisar o Gênesis traduzido para a língua portuguesa, no período medieval, com o intuito de identificar e discutir suas similitudes face a Vulgata. Nesse trabalho, apresentaremos conclusões parciais de nossa pesquisa, desenvolvida sob a orientação da professora Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, no âmbito do Programa de Estudos Medievais da UFRJ e da pesquisa coletivo *Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade*, do qual participo como bolsista ICBalcão.

OS CONTOS DA CANTUÁRIA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM GEOFFREY CHAUCER

Anna Beatriz Esser dos Santos - UFRJ

Os *Contos da Cantuária* de Geoffrey Chaucer foram um marco para a Língua Inglesa, pois têm o objetivo de ser um extrato da vida dessa sociedade do final do século XIV. A partir deste, serão verificadas as transformações sociais ocorridas na Inglaterra medieval e como os ideais cristãos foram articulados pelo autor da obra.

Para esta análise, será utilizado o conceito de representação social, baseado em Serge Moscovici, que irá verificar o ato de interpretar a sociedade e como a constituição desta subjetividade é necessária para se tratar de discursos que busquem a produção de sentido nas relações sociais para operar em narrativas de atores sociais inseridos em um determinado tempo e espaço, se relacionando com o estudo das trocas simbólicas desenvolvidas nos ambientes sociais; das relações interpessoais, e como isto influencia na construção do conhecimento compartilhado e da cultura.

Deste modo, será analisado o discurso presente no Conto da Pioresa, no que diz respeito à atuação da mulher e como a historiografia aborda os valores de conduta femininos e religiosos presentes no Conto, comparando-os com a crítica social presente em Chaucer.

O resultado desta pesquisa consiste em uma monografia de final de curso.

A ORDEM DE CRISTO E A AFIRMAÇÃO DO PODER RÉGIO PORTUGUÊS

Antonio Fernando Cordeiro Guedes Junior - UFPB

Tal como teria acontecido na França, no século XIV, a cavalaria passou a ser controlada pelos reis e príncipes em Portugal, tornando-se um dos principais instrumentos de consolidação da autoridade real. A Ordem de Cristo, pela paulatina submissão a Coroa Portuguesa, no estreitamento da Casa Real e do Grão-Mestrado, teria sido um caso extremamente importante ao Portugal no século XIV. Esta ordem militar teria representado um passo decisivo no processo que pôs a elite militar da Idade Média a serviço do Estado centralizado. Em um momento em que guerreiros profissionais ofereciam, cada vez mais, seus serviços a quem pagasse melhor, os exércitos de aluguel deveriam ser evitados, pois poderia voltar-se contra si mesmo e, fundar seu poder sobre armas mercenárias parecia de igual modo, perigoso. Para além de outras perspectivas, a absorção da Ordem de Cristo pela Coroa Portuguesa teria, também, se dado em caráter de atender uma necessidade latente: a de possuir uma elite militar permanente, pronta para combate e, principalmente, apegada aos ideais “nacionais”. Só assim foi possível deixá-la a serviço da monarquia; na medida em que se alcançavam as grandes descobertas, paralelamente, se anexava a Ordem à Coroa. Este estudo visa, portanto, entender as relações entre a Ordem de Cristo e a Coroa Portuguesa no contexto da consolidação da autoridade do Estado e do embrião dos modernos exércitos nacionais.

A MORFOSSINTAXE LATINA NA (RE)CONSTRUÇÃO DA CRUZ CRISTÃ

Antonio Marcos Gonçalves Pimentel – UFF

A cruz, um importante instrumento coercitivo-punitivo de manutenção de poder do Império Romano, torna-se, com o advento Cristo, o principal símbolo de fé da religião cristã, passando por vários processos de recriação e reapropriação conforme é recebido, inicialmente, pelo Oriente Médio e depois pela Europa. Os diversos substratos culturais a que o símbolo da cruz se superpôs e se imiscuiu culturalmente deram-lhe, sem que esvaziassem sua essência significativa primeira, alteridades e nuances como, por exemplo, a cruz celta, entre outras. Um outro aspecto ligado à simbologia da cruz é a sua presença majestática de ortodoxia ritualística e teológica nas igrejas cristãs, não só, aliás, mas como marco territorial de outros solos consagrados à e pela fé cristã, como os cemitérios. Este trabalho pretende analisar, através de um estudo semântico-estrutural, a questão dessa construção simbólica pro ritu e pro terra num dos muitos textos do *Liber Ordinum*, reunidos por Marius Férotin (OSB), no século XIX, que compõem um panorama cultural e religioso da práxis cristã na Espanha visigótica do século quinto ao século XI. Estamos nos referindo ao rito da *Benedictio Crucis*. Este trabalho é parte das atividades de pesquisa realizadas pelo grupo de estudos *Translatio Studii*, voltado para as questões do latim medieval e dos entornos culturais da Antiguidade Tardia, sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF / RJ) e coordenado pela professora titular de Língua, Cultura e Literatura Latina, Livia Paes

MITO À LUZ DOS FATOS: DIETRICH VON BERN COMO MODELO DE PODER NA LITERATURA MEDIEVAL

Bianca Regina de Oliveira – UFRJ

É possível constatar na literatura produzida durante a Idade Média o recorrente uso da temática heróica com finalidades propagandísticas. Tendo em vista que a figura arquetípica do herói é comum em mitos tradicionais de inúmeros povos, este tema pode ser facilmente moldado como uma maneira de viabilizar a elevação de determinadas classes da sociedade. Observa-se, pois, na *Thidreksaga* a recriação imagética de Teodorico de Verona, líder que, descrito por Jordanes e Sidonius Apollinaris, liderou a tomada de Ravena e tornou-se rei dos romanos e germanos no século V. Na saga, sua figura histórica é transformada em um elemento representativo germanizado, que parte dos fatos para a lenda, na composição icônica de um tipo exemplar sob os requisitos da corte em cujo contexto a obra foi composta. Em suma, o personagem Dietrich, servindo aos gostos aristocráticos, é introduzido no universo mitico-literário germânico como o exemplo de cavaleiro honrado e leal ao seu senhor. Neste ponto, faz-se crucial questionar a manutenção.

A IMPORTÂNCIA DA IMAGEM NA IDADE MÉDIA E O FENÔMENO DA SANTIDADE

Bruna Cruz Baptista – UGF

A Idade Média, essencialmente religiosa e caracterizada pela Igreja Cristã, foi um período de intensa produção imagética, justificada pela necessidade daquela sociedade, crescentemente cristianizada e majoritariamente analfabeta, em ensinar e dar o exemplo. Além disso, as imagens serviam como forma de promover o culto aos santos inseridos na comunidade cristã.

Na Europa Ocidental vemos a utilização de imagens direcionadas à população a partir do seu uso como recursos para a exaltação da figura do imperador romano e até mesmo como substitutivos da presença do soberano, sendo gradativamente assimilada pelo cristianismo como meios de propagar sua fé e instruir seus fiéis. Portanto, a imagem, inserida no contexto medieval, recebe a atribuição primeira de servir aos motivos cristãos.

Somado-se a isso, o processo de canonização, que institucionaliza-se no século XIII, como resultado do aumento do culto aos santos. Este estaria inteiramente relacionado com o uso de imagens e seria possibilitado por este uso, pois segundo Fabio Bisogni “A iconografia é o testemunho tangível do culto” tendo o santo, na imagem, a sua figura retratada e seu feitos, como milagres, que são a razão mais forte para o culto. Sem as imagens somos induzidos a pensar que há um diminuto culto acerca dos santos menos representados, nos mostrando assim, a importância da imagem para o fenômeno da santidade e no culto aos santos.

A BATALHA DE COVADONGA: DISCUTINDO AS ORIGENS DA RECONQUISTA

Bruno de Melo Oliveira – UFF

A batalha de Covadonga, em 718, foi tratada como o marco inicial da luta entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica – tradicionalmente denominada de Reconquista. Realizado nos Picos Europa, no norte peninsular, este confronto seria também identificado como a primeira manifestação organizada de resistência cristã aos invasores muçulmanos após a vitória de Tariq Ibn Ziyad sobre o Reino dos Visigodos, em 711. Diante de tais colocações, propomo-nos a discutir este tema tão caro a historiografia espanhola, sublinhando seus aspectos ideológicos. Compreendemos a importância deste evento no conjunto do processo histórico do medievo asturiano, contudo, precisamos contrapô-lo a um cenário mais amplo, que abarque a totalidade da Península Ibérica. Para a realização de tal empreitada, confrontaremos as perspectivas historiográficas dedicadas a este período histórico, além de fontes produzidas tanto nos ambientes cristãos nortenhos e moçárabes, como nas narrativas andaluzas.

INVESTIGAÇÕES SOBRE O LIVRO CABALÍSTICO ZOHAR

Bruno dos Santos Silva - UERJ - UFF

A palavra *Cabala* provém do termo em hebraico *qabbalah*, por sua vez, derivada da raiz trilítera *qbl*, cujo significado é “receber”, e poderia ser literalmente vertida como “recebimento”, sendo tal palavra também por vezes entendida como “tradição”. Efetivamente, tratar-se-ia do recebimento de um conhecimento de origem divina. O cabalismo é a mais famosa escola de pensamento judaico de caráter místico. Sua atividade consiste na leitura exegética principalmente da *Tanakh* e seu objetivo é investigar os aspectos religiosos fundamentais do judaísmo, como a natureza divina e a alma humana.

Embora sua origem encontre-se na Antiguidade, a Cabala teve grande impulso na Idade Média, e seu local de produção foi na Espanha e em Provença. Sua principal obra até hoje é *Sefer ha-Zohar* (“Livro do Esplendor”), publicado no século XII pelo rabino Moisés de León (Moshe ben Shem-Tov), escrito principalmente em aramaico e de autoria controversa.

Esta comunicação pretende apresentar o contexto de produção desta obra e parte dos conceitos investigados pelo livro Zohar, como as emanações divinas e a eternidade divina, evidenciando-se assim os principais questionamentos contidos em tal corrente esotérica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIABO NA VIDA DE SÃO EMILIANO

Bruno Garcia Mendes - UFRJ

O diabo, uma das figuras mais exploradas nas obras religiosas escritas durante a Idade Média, estava presente na vida dos cristãos medievais de forma expressiva como ameaça e inimigo a ser combatido.

Um dos gêneros literários no qual a ação demoníaca sobre a vida da população é particularmente enfocada, e a Hagiografia. As vidas dos santos, em geral narrativas curtas, eram de acesso relativamente fácil às populações, sendo lidas pelos sacerdotes durante as pregações, serviam como exemplo e estímulo para os fiéis na resistência ao mal, identificado com o diabo.

Este trabalho, que está vinculado ao Programa de Estudos Medievais da Faculdade Federal do Rio de Janeiro e é orientado pela professora Leila Rodrigues, tem como objetivo tratar da presença do diabo na vida de São Emiliano, um monge da região de Berceo, na Península Ibérica que viveu entre os séculos V e VI e que teve sua hagiografia escrita por Bráulio, bispo de Saragoça.

OS ESTATUTOS DOS SÍNODOS CALAGURRITANOS E AS REPRESENTAÇÕES DA SANTIDADE EM CASTELA NO SÉCULO XIII: UM PROBLEMA E UMA QUESTÃO

Bruno Gonçalves Álvaro - UFRJ

Esta comunicação tem como objetivo discutir, por meio dos estatutos presentes em três sínodos realizados pela diocese de Calahorra no século XIII, como as representações da santidade podem ser analisadas à luz da História Cultural.

O estudo deste fenômeno de múltiplas características não se limita, especificamente, ao estudo dos santos. A santidade, como uma construção histórica e cultural, pode ser estudada através da forma como os santos deveriam ser cultuados, o espaço do culto, o comportamento ante aos venerados e suas relíquias, etc.

No trabalho em questão, analisaremos alguns estatutos dos sínodos calagurritanos, nos quais figura certa preocupação em enfatizar as festas em homenagem a alguns santos. Ao mesmo tempo, exporemos um primeiro problema encontrado em nossa pesquisa: seriam os estatutos que tratam das referidas festas um tipo de *representação* da santidade? E, ligado a esta questão, queremos discutir por qual motivo nestes sínodos há preocupação com estas festas.

As reflexões aqui apresentadas vinculam-se à nossa pesquisa de doutorado, em andamento no PPGHC-UFRJ, sob a orientação da Profa. Dra. Andréia C. L. Frazão da Silva, que tem como objetivo principal analisar comparativamente as representações da santidade em Castela, no século XIII, por meio de um *corpus* documental que não se limita apenas a textos hagiográficos, englobando, também, crônicas, poemas, etc.

A ATUAÇÃO DA BURGUESIA NOS CONCELHOS MUNICIPAIS NO REINADO DE D. DINIS

Bruno Marconi da Costa - UFRJ

Na conjuntura sócio-econômica de desenvolvimento urbano pré-Crise do Século XIV, o objetivo do trabalho é identificar os principais pontos de atuação da burguesia – considerada como uma classe em finais de processo de formação de comerciantes e Artesãos urbanos – nos concelhos municipais das cidades portuguesas, vendo neles um aparato político onde os mesteiros e mercadores têm espaço para reivindicações perante o rei e de defesa de seus interesses, disputados frequentemente com a aristocracia senhorial local.

O reinado de D. Dinis (1279-1325) é marcado por uma administração régia relacionada à centralização de rendimentos e de controles judiciais, além de uma expansão econômica tanto no exterior quanto no interior.

Com o aumento da importância cidadina na economia e na política do reino, o objetivo é verificar o processo o qual os habitantes das cidades – esses burgueses – se utilizam deste aparato político para desenvolver autonomia em relação ao regime senhorial português, apelando para o poder régio a defesa de suas prerrogativas político-econômicas.

O eixo teórico-metodológico da pesquisa baseia-se na obra de E. P. Thompson, utilizando também conceitos de outros autores como Antonio Gramsci e José Luis Romero.

PEREGRINAÇÃO E PODER RÉGIO EM NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

Bruno Soares Miranda - USP

Durante o século XV encontramos um grande fluxo de peregrinos portugueses ao Real Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, no reino de Castela. O auge desta peregrinação aconteceu no reinado de D. Afonso V e está relacionada à disputa de poder dentro da Península Ibérica. Com a morte do rei castelhano Henrique IV em 12 de dezembro de 1474, o monarca português intervêm no processo sucessório visando por em prática sua política ibérica de integração dos reinos, ampliando assim para toda a Península seu poder real. Visando conquistar aliados para este seu projeto, D. Afonso V incentiva a peregrinação e concede privilégios ao Mosteiro. Podemos destacar a possibilidade do Mosteiro enviar procuradores para receberem esmolas em Portugal mediante dadas condições, combate aos falsos procuradores que pediam esmolas em nome do Mosteiro, doação de rendimentos, isenção de tributos principalmente no sal, pescado e azeite e autorização para que o gado do Mosteiro pastasse em terras portuguesas. Sendo assim, a proposta deste trabalho é analisar a relação da peregrinação a Virgem de Guadalupe com o poder régio e sua política na Península Ibérica. Nosso corpus documental encontra-se na Chancelaria Régia de D. Afonso V e nos Livros de Milagres de Nossa Senhora de Guadalupe encontrados no Mosteiro.

O CORPO E O PODER DO ABADE SOBRE OS MONGES NO MONACATO VISIGODO: O CASO DA *REGULA ISIDORI* (615-620)

Bruno Uchoa Borgongino - UFRJ

Ao longo do Idade Média, o corpo foi entendido como a parte mutável e perecível do homem daonde adviria o pecado. Seria, ainda, a residência da alma – esfera humana imutável e eterna que seria beneficiada com o sofrimento físico. Tal percepção marcou as experiências monásticas do período, suscitando a valorização de práticas cotidianas de renúncia ascética e de mortificação corporal em detrimento do desfrute de prazeres relacionados à corporalidade, como o sexo e a alimentação exagerada. No monacato da Península Ibérica de época visigoda também se faziam presentes estes aspectos. Nesta comunicação, pretendo avaliar o papel do corpo no poder exercido pelo abade, autoridade máxima do mosteiro. Para tal, privilegiarei o estudo da *Regula Isidori*, regra escrita pelo bispo Isidoro de Sevilha entre os anos de 615 e 620.

A BRUXA DE WAPPING: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Carla Correia Gonçalves - UFRJ

O presente trabalho consiste dos primórdios de uma pesquisa sobre a análise da representação social das práticas de bruxaria e feitiçaria na Grã Bretanha de fins da Idade média e início da Era Moderna.

Pretendo aqui apresentar meu objeto de pesquisa, o caso da Bruxa de Wapping, trabalhado a partir de dois panfletos impressos à época de seu julgamento e execução (1652) - um divulgado com o objetivo de difamá-la enquanto o outro, em resposta a este, buscando defendê-la de seus acusadores, tendo em vista a função deste tipo de documentação naquela sociedade.

A partir dessa documentação, procurarei trazer alguns aspectos da concepção da bruxaria e feitiçaria no imaginário desta sociedade, a partir da análise do contexto do deste imaginário social do período, trabalhado enquanto um conjunto de práticas indissociáveis da dinâmica social; assim como dos estatutos régios que estabelecem a coerção destas práticas enquanto estratégia de normatização do comportamento social.

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ORDEM DOS PREGADORES NO SÉCULO XIII

Carolina Coelho Fortes - UFF

Em poucas décadas, durante o século XIII, os irmãos pregadores oscilaram entre a conquista do *status* de ordem religiosa e terem revogados todos os seus privilégios pastorais. Em grande medida, essa instabilidade inicial se deveu às disputas entre os novos mendicantes e os clérigos seculares. Estes consideravam que os primeiros haviam se apossado de suas prerrogativas como condutores da *cura animarum*. Desde muito cedo, os pregadores estabeleceram que, para bem se cuidar das almas, a compreensão profunda do divino, alcançado pelos estudos, era necessária.

Os estudos, portanto, tomam lugar destacado no processo que leva à construção de uma identidade institucional dominicana. Já na Constituição Primitiva, ou *Liber Consuetudinarum*, os frades incluem dispensa especial a todos aqueles que desejam se dedicar aos estudos. Percebe-se que, até a década de 1260, uma rede educacional complexa havia se formado. E forma-se, nas palavras de frei Tomás de Aquino, como uma “sociedade de estudos”. Sociedade esta que se organiza como forma de proteger a ordem dos ataques seculares, ao mesmo tempo em que busca estabelecer fronteiras entre a percepção dominicana e a secular de *cura animarum*. É com base nessa hipótese que pretendemos basear nossa comunicação.

REPRESENTAÇÕES DA MULHER MEDIEVAL PORTUGUESA NO TEATRO VICENTINO

Carolina Viana Machado - UFRJ

As diversas manifestações culturais como a literatura e o teatro são muitas vezes utilizadas como mecanismos para interpretação de uma determinada sociedade em um determinado período histórico. No que se refere ao medievo português à obra de Gil Vicente, um dos principais autores do período, é muita rica. Seus personagens podem ser tidos como retrato muito peculiar dos diversos agentes sociais presentes no medievo Português. Dentro deste contexto este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do papel da mulher no medievo português, bem como de que maneira esta mulher era vista pela sociedade, a partir das obras de Gil Vicente. Serão utilizadas como base para este trabalho as personagens Brisida Vaz e Inês Pereira presentes respectivamente nas peças *O auto da Barca do Inferno* e *A farsa de Inês Pereira*.

Como base metodológica serão utilizados neste trabalho, os conceitos e definições de Peter Burke acerca da História Cultural e suas aplicações à análise das sociedades. Além do conceito chave de Representações Sociais de Serge Moscovici e sua relação com as formas de comunicação, literatura e história. Análise também será feita tendo como um dos pontos chave os dois modelos clássicos de representação feminina no medievo: o de Maria ligado virtude, a maternidade e ao casamento e o Madalena e /ou Eva ligado à idéia de tentação feminina. Como documentações serão utilizados alguns trechos das Ordenações Afonsinas, compilação de leis que vigorava no período sobretudo no que se refere às mulheres.

A SEXUALIDADE NO ISLÃ CLÁSSICO ATRÁVES DE NAFWAZI EM “CAMPOS PERFUMADOS” (SÉC. XV)

Celia Daniele Moreira de Souza - UFRJ

No momento em que o mundo árabe redescobre seus erotólogos do Islã Clássico, produzindo diversas obras sobre o corpo, é hora também do Ocidente descobrir tal pensamento que norteava os *falasifa* (filósofos árabes) do Medievo. Uma das ciências mais prestigiadas no Islã Clássico (que estaria compreendida na Idade Média do Ocidente) era a *‘Ilm Al-Bah*, isto é, a Erotologia. Para os muçulmanos, o sexo era um dom de Deus, devendo ser desfrutado em sua plenitude, e ansiado como uma das promessas a serem vivenciadas no paraíso. O seu estudo era, portanto, uma prova de fé, uma necessidade, e aqueles que não conheciam, não se interessavam ou ridicularizavam as técnicas para se obter e propiciar prazer, eram considerados ignorantes. No livro “Campos Perfumados”, Nafwazi traz basicamente um manual para a cópula, utilizando o método do exemplo para justificar suas orientações, as quais acabam por exprimir os valores da sociedade islâmica clássica. Esta obra foi

encomendada pelo vizir do sultão de Túnis Abd al-Aziz, tendo sido escrita, aproximadamente, entre 1410 e 1434. Através desta fonte é possível perceber as concepções de corpo e de sexualidade dos árabes do período medieval, e assim compreender as relações entre os sujeitos desta sociedade.

**QUE FAÇAMOS HUA COUSA QUE SE COMEÇEE E ACABE POR NOS MESMOS.
HIERARQUIA, PODER E EXEMPLO NA CRÔNICA DE ZURARA (SÉC. XV)**

Daniel Augusto Arpelau Orta - UFPR

A *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, escrita por Gomes Eanes de Zurara entre 1458 e 1464, continua a descrição dos acontecimentos ocorridos na cidade de Ceuta, no noroeste africano, após sua tomada em 1415. Em seu prólogo, o cronista afirma a posição de escrever por vontade do rei Dom Afonso V, com intuito de saber dos feitos honrosos dos nobres ali permanecidos. E entre as descrições de assaltos, ciladas e emboscadas, há um relato de almóçades portugueses que criticam a hierarquia dos prestígios advindos da guerra, sendo que eles estavam em maior perigo e recebiam reconhecimento inferior. A partir disso, desejam organizar uma cilada por conta, o que resulta em um grande fracasso. Esta comunicação, pois, procura analisar tal passagem, observando primeiramente a heteroimagem das motivações pela permanência na localidade de fronteira. Consequentemente, tal trecho permite inquirir sobre a construção cronística, que seleciona momentos e maneiras de descrever acontecimentos. A partir das duas questões anteriores, a comunicação pretende sugerir o papel de tal relato no contexto de produção do documento, isto é, na sociedade política portuguesa a partir de 1450, tendo em consideração o valor e espaço nobiliárquico de tais crônicas. Desta forma, o estudo das crônicas tardo medievais portuguesas permite compreender não apenas o espaço dado aos relatos e acontecimentos, mas inclusive sobre a inserção de contra exemplos às práticas nobiliárquicas.

**ENQUADRAMENTO DA POBREZA: ASSISTENCIALISMO E REPRESSÃO ESTATAL EM
PORTUGAL BAIXO MEDIEVAL**

Daniel Tomazine Teixeira – UFF

A sociedade baixo-medieval regulamentou a pobreza: de agora em diante existiam aqueles que eram legitimamente pobres e os que viviam do engodo. Aos primeiros, a caridade era permitida, e as monarquias se dedicaram a criar instituições de assistência pública. Os segundos, eram chamados vadios, que estavam a fugir do trabalho. A estes, as realezas dedicaram uma série de leis e de instrumentos repressivos – dos castigos físicos à conscrição ao trabalho. Tal situação se deu no contexto de intensas transformações sócio-econômicas e políticas, num cenário muitas vezes desolador: a Peste Negra.

Se olharmos para Portugal, veremos que dès do século XIII já existem disposições régias sobre vadios e questões que hoje podemos chamar de “trabalhistas”. Mas é no século XIV, ainda na dinastia de Borgonha, que as principais leis são criadas para regulamentar o trabalho, em especial o agrícola: um lei de 1349 e a de sesmarias, em 1381. No mesmo século, mas principalmente no XV, a Coroa agirá de forma mais categórica sobre a questão da assistência pública, determinando quem poderia ou não receber ajuda (verdadeiros ou falsos pobres), bem como criando casas de beneficência – como o Hospital de Todos os Santos e a Santa Casa de Misericórdia, ambas de Lisboa.

Dedicar-nos-emos ao estudo das ações da monarquia portuguesa no intuito de enquadrar a mão-de-obra por meio da repressão à vadiagem e da misericórdia pública.

A QUERELA DOS CORREGEDORES NO REINADO DE D. JOÃO II

Denise da Silva Menezes do Nascimento - USP

Em nosso trabalho nos propomos refletir sobre os conflitos entre a monarquia portuguesa e as grandes casas senhoriais em Portugal, conflitos estes gerados em virtude da tentativa de D. João II de impor a entrada de seus corregedores nos domínios senhoriais. O Príncipe Perfeito era rei pela ‘graça de Deus’, o que estabelecia os fundamentos de seu poder e conferia legitimidade ao seu governo, cuja primeira incumbência era proteger e expandir a fé cristã, resguardando a harmonia do corpo social e mantendo a paz no reino. Na condição de *Rex Dei Gratia*, os poderes do monarca sobre seus súditos

eram amplos, já que exigia de todos obediência, a fim de que a ordem fosse preservada. Em contrapartida, o rei deveria preservar o bem comum, respeitando privilégios das duas primeiras ordens e protegendo o povo de possíveis injustiças. Sob o argumento de zelar pelo bem comum e o bem comum, logo após a subida ao trono observamos que houve um esforço por parte de D. João II de efetuar uma maior vigilância sobre as pessoas e bens do reino através de seus representantes – os corregedores. Cuidado este que evidenciava a tentativa de esclarecer termos de possessões e questões dúbias, regularizar situações ilegais e trazer para a alçada régia bens e jurisdições que estavam nas mãos dos prevaricadores dos direitos régios.

A FIGURA DO DIABO NA VIDA DE SÃO BARTOLOMEU DA LEGENDA ÁUREA

Dimas Vieira de Almeida Ferreira - UFRJ

Sou graduando em História pela UFRJ, vinculado ao Programa de Estudos Medievais, pesquisando sob a orientação da professora Andréia Cristina Lopez Frazão da Silva. O presente trabalho apresenta as minhas primeiras reflexões referentes à pesquisa para o desenvolvimento da minha monografia de conclusão de curso.

Em minha comunicação vou analisar a forma como a figura do diabo é empregada para a legitimação do discurso cristão. Para isso usarei como fonte a *Legenda Áurea*, obra escrita no decorrer da década de 60 do século XIII, de autoria de Jacoppo de Varazze. Integrante da Ordem Dominicana, Jacoppo foi eleito Provincial da sua ordem na Lombardia e, mais tarde, Arcebispo de Gênova, local onde residia quando escreveu a legenda. Sua obra é considerada uma das mais importantes compilações sobre santos, por reunir centenas de hagiografias, por isso foi o livro mais copiado depois da Bíblia.

Para tratar sobre o diabo utilizei, nesta comunicação, o relato da vida de São Bartolomeu, chamado também de Natanael, que fora um dos apóstolos de Jesus. Segundo a obra, durante sua passagem pela Índia, o santo teria tido encontro com demônios, que eram venerados como deuses na região, os quais derrotou através de sua fé, convertendo o povo. Partimos do pressuposto que esta narrativa é um exemplo do discurso cristão de supremacia em relação às outras religiões.

POESIA E ASCETISMO NA ERA ABÁSSIDA

Diogo dos Santos Silva - UFRJ

Investigaremos neste trabalho a poesia ascética na Era Abássida (750- 1258) através das obras de Ibn Munqidh e Abu Al-Atahiya. De que maneira estes dois poetas, cada um a seu modo, deram continuidade às questões da transitoriedade do mundo já presentes na cultura árabe desde o Período Pré-Islâmico, vigorando também no Alcorão. E de que maneira estas questões desenvolveram-se no Medievo Islâmico e qual a sua importância para o pensamento e a cultura árabes.

“ARS ARTIUM, REGIMEN ANIMARUM”: A REATUALIZAÇÃO DO REGIMEN MEDIEVAL NOS DISCURSOS SOBRE A MORTE ENTRE OS JESUÍTAS (IMPÉRIO PORTUGUÊS - SÉCULOS XVI A XVIII)

Diogo Luiz Lima Augusto - UFRJ

Este trabalho tem como objetivo a análise dos discursos elaborados em torno de uma pedagogia da morte produzida por membros da Companhia de Jesus nos séculos XVI a XVII. Pretende-se relacioná-los com a "política católica" portuguesa fundamentada nas doutrinas jusnaturalistas da Segunda Escolástica. Para tanto, a fim de estabelecer a normatividade dos regimes discursivos, buscar-se-á efetuar o cruzamento de vários discursos que dissertam sobre a morte. Destarte, tentaremos mostrar como o disciplinamento social advindo de tal pedagogia no cenário da monarquia portuguesa se insere num projeto de reatualização da noção de *regimen* cristão medieval que se configurava no horizonte da escatologia como *regimen animarum*. Desse modo, buscaremos compreender as versões neo-escolásticas, dos séculos XVI a XVIII, que propõem como verdadeira “Razão de Estado” a necessidade de se conformar com as virtudes cristãs. Com efeito, na medida em que o príncipe é percebido como representante de Deus, tem por missão reger a *Res Publica*, a saber:

cultivar as virtudes cristãs e o “bem comum”. Donde cabe concluir, que a política aqui, compreendida teleologicamente, implica o autocontrole dos apetites individuais, tendo em vista o “bem público”, ente superior ao poder. Desta sorte, inferimos que a ação disciplinar oriunda da pastoral da morte funciona como meio de cultivo de tais virtudes no plano dos indivíduos e, por conseguinte, na esfera da comunidade política. Trata-se, pois, de buscar uma visão mais complexa da história eclesiástica, articulando a esfera teológica, política e retórica.

ORATIO PRO VESTIMENTIS : UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA DE RITUAIS DO LIBER ORDINUM

Douglas Gonçalves de Souza - UFF

O presente estudo, que se vincula ao Grupo *Translatio Studii* – Núcleo Dimensões do Medievalo / UFF, objetiva explicitar rituais litúrgicos em uso na Espanha visigótica (séc. V ao XI), e compilados na obra *Liber Ordinum*. Dentre os rituais, destacam-se dois sobre as vestimentas ofertadas ao divino. Tais ritos, quando não possuem uma especificação para os seus modos de realização, isto é, não indicam atos que devem ser praticados no momento da cerimônia religiosa, apresentam orações e/ou bênçãos para que se alcance o propósito almejado: seja em um rito, uma oração para exorcizar as vestes, ou em outro, uma bênção para consagrá-las. Esse trabalho desenvolve-se tanto a partir de uma tradução com comentários dos textos presentes na obra quanto por meio de uma análise semântica, que visa a reconhecer intenções para o uso de um determinado vocábulo, sobretudo das palavras mais recorrentes, como, por exemplo, *famuli* (servos) e *vestis* (veste). Analisam-se, então, os significados dos termos que emergem em contextos específicos e que podem dialogar com outros significados não tão perceptíveis na superfície do texto. Desse modo, pretende-se associar a seleção lexical a possíveis relações sociais vigentes no respectivo período histórico.

UM DIPLOMATA EM BUSCA DE UM GRANDE SONHO OCIDENTAL: UMA REPRESENTAÇÃO DE D. PEDRO NO LIBRO DEL INFANTE D. PEDRO DE PORTUGAL

Douglas Mota Xavier de Lima - UFF

O infante D. Pedro foi o segundo filho de D. João I e D. Filipa de Lencaster. Homem das letras, das viagens, escritor e tradutor, embaixador, conselheiro, cavaleiro; muitas são as faces do Infante. Da viagem que realizou pela Cristandade (1425-1428), poucos e dispersos são os vestígios deixados. No entanto, o *Libro del Infante D. Pedro de Portugal*, narrativa que mistura a viagem real com os mitos orientais – o Preste João das Índias, o reino das Amazonas, entre outros –, teve grande repercussão entre o século XVI e XIX, contribuindo para a formação da imagem do Infante como viajante das “Sete Partidas”. O exemplar mais antigo da fonte data de 1517, e tem a autoria de Gómez de Sastebán, sobre o qual não há registro histórico algum. Nesta intrigante obra, temos algumas representações de D. Pedro: peregrino, cavaleiro andante e nobre. Como nobre, acreditamos que o Infante representa uma função específica dos grandes nobres do século XIV e XV, a diplomacia. No desenvolvimento da narrativa, D. Pedro apresenta um objetivo muito especial para sua viagem: a busca pelo reino de Preste João; e ao alcançar seu objetivo, entrega uma correspondência do rei de Castela e traz consigo uma carta do Preste dirigida aos reis ocidentais. Assim, eis as questões deste artigo, como o Infante pode ser percebido como um diplomata em busca do mítico rei cristão do oriente, para quiçá levar a cabo um dos grandes sonhos ocidentais, ou seja, o sonho da unidade entre os cristãos, e consequentemente derrotar o Infiel.

“PARTIREMOS COM A GRAÇA DE DEOS” - A CAVALARIA NO MEDIEVO PORTUGUÊS

Eduardo Francis Gomes da Silva - UFRJ

O presente trabalho, que tem por objetivo a formulação de uma monografia de final de curso de graduação, está delimitado no século XIII em Portugal, mais especificamente no reinado de Dom Afonso III (1248-1279). Tendo como princípio investigar a importância da cavalaria no contexto português do século XIII, de formação territorial em conflitos com o império muçulmano, refletimos como a cavalaria se articulava em algumas instâncias de poder.

No que toca a metodologia deste trabalho, em vista do recorte histórico e da reflexão desenvolvida, selecionamos a teoria das representações sociais (TRS), segundo os estudos de Serge Moscovici em psicologia social. Utilizamos ainda, em conjunto com a TRS, as conceituações acerca das “imagens”, “práticas” e “símbolos” no campo da História Cultural como referências básicas para estudar a cavalaria portuguesa.

As documentações usadas são as Ordenações Afonsinas. Estas ordenações são uma coletânea de caráter legislativo, tinham o intuito de compilar as leis portuguesas de épocas anteriores e foi concluída durante o século XV. Ela, bem como as outras ordenações que a seguiram, atualmente estão disponibilizadas na *internet*.

SIMON DE MONTFORT E A FIGURA DO VASSALO PERFEITO NA OBRA HISTOIRE ALBIGEOISE DE PIERRE DES VAUX DE CERNAY

Eduardo Luiz de Medeiros – UFPR

A análise do fenômeno conhecido como Cruzadas é uma tarefa muitas vezes difusa, devido a toda a mística que envolve o tema, que recorrentemente retorna ao grande público através de filmes e livros. Quando este mesmo evento ocorre em território cristão, como no caso a ser analisado, ou seja, a Cruzada Albigense é possível perceber a complexibilidade e singularidade do evento quando da tentativa de buscar elementos que expliquem ou mesmo auxiliem no entendimento do papel dos personagens e motivações políticas que desencadearam o conflito.

Neste sentido, será proposta uma visão da Cruzada albigense através de sua figura mais proeminente, Simon de Montfort na medida em que, através de sua singularidade é possível perceber elementos que transpassam a própria Cruzada. Entre estes elementos, é possível citar dois projetos expansionistas antagônicos entre a região norte do território conhecido hoje como França, e o Reino de Aragão, na Península Ibérica.

Para atingir estes objetivos, será analisada a obra do monge cisterciense Pierre de Vaux de Cernay, que escreveu a *Histoire Albigeoise* entre 1213 e 1218. Este documento é considerado pela historiografia contemporânea sobre o tema como a matriz da visão oficial do conflito. A obra foi escrita no formato de crônica por um clérigo como uma elegia a um vassalo real. O desenvolvimento deste aparente paradoxo entre o discurso eclesiástico e a exaltação de um vassalo real é o objetivo desta comunicação.

A NOÇÃO DE DUPLA ORDEM DE VERDADES SEGUNDO TOMÁS DE AQUINO NA SUMA CONTRA OS GENTIOS

Elza Aparecida Feliciano - UFF

Tomás de Aquino escreveu muito e sobre diversos assuntos. Seus estudos, ainda hoje, podem contribuir para o diálogo da filosofia com as ciências sob diversas perspectivas. Na perspectiva da fé, por exemplo, ao propor uma conciliação desta com a razão inaugura um novo modo de pensar no século XIII. É desenvolvida na introdução, da obra *Suma Contra os Gentios*, a noção de dupla ordem de verdades - uma reflexão sobre as formas de se chegar ao conhecimento e o modo possível de se manifestar a verdade - do capítulo III ao VIII. Esta apresentação será dividida em quatro pequenas partes. Consistirá em expor o pensamento de Tomás na *Suma Contra os Gentios* e em relacionar com o pensamento atual nas discussões concernentes ao tema fé e razão. Ademais, mostra que filosofia e teologia tiveram importância para posteriores debates como o que ocorreu com a escola averroísta, na pessoa de Siger de Brabante, que afirmou que a verdade de uma e de outra eram excludentes. Ou mesmo na contemporaneidade onde alguns cientistas negam a possibilidade do conhecimento pela fé e afirmam uma emancipação da ciência em relação a esta. O presente trabalho apresenta não só a atualidade do pensamento medieval e tomista como também a contribuição de Tomás de Aquino para se alcançar à verdade utilizando o conhecimento filosófico sem desprezar o teológico. Enfatiza o diálogo com diversas culturas e de diversas épocas o grande diferencial do pensamento e da filosofia do Aquinate.

UMA VISÃO TOMISTA SOBRE O MODO DE ENTENDER DAS SUBSTÂNCIAS PURAMENTE ESPIRITUAIS E DA ALMA SEPARADA DO CORPO

Fernanda Cristina Lima de Oliveira – UFF

O presente tema é resultado de um trabalho elaborado no Grupo de Estudo Santo Tomás de Aquino – GESTA/UFF-PROEX - que visa ressaltar o modo de entender das substâncias puramente espirituais, assim como das substâncias separadas do corpo. Para isso, farei uma elucidação da definição de cada uma dessas substâncias, ressaltando suas principais semelhanças e diferenças, através de uma perspectiva de Santo Tomás de Aquino.

Também pretendo esclarecer nesta pesquisa a importância das substâncias espirituais para o universo, com a finalidade de ressaltar a necessidade de tais substâncias para a ordem cosmológica.

Para um melhor entendimento do tema abordarei o conceito de intelecto e de intelecto, assim como destacarei as características fundamentais tanto das substâncias separadas do corpo como das substâncias puramente espirituais.

Ainda dentro de uma perspectiva tomista abordarei o modo pelo qual a substância intelectual se pode unir ao corpo, fazendo alusão à demonstração de Tomás de Aquino sobre a característica incorpórea da alma. Como consequência de tal união sustentarei que a substância intelectual se une ao corpo como forma substancial.

DE MILIS CHRISTI: SÃO BERNARDO E O MODELO DE CAVALEIRO TEMPLÁRIO

Flávia Rocha do Nascimento – UFRJ

A elaboração deste trabalho foi possível a partir de minhas tarefas como bolsista do projeto coletivo “Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade”, realizadas entre 2006 e 2008, coordenado pela Prof^a. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, junto ao Programa de Estudos Medievais da UFRJ. O intuito desta comunicação é apresentar algumas reflexões que tem como um dos objetivos identificar e analisar o perfil considerado como ideal de cavaleiro cristão segundo o cisterciense Bernardo de Claraval, à luz das transformações processadas no âmbito da Igreja sob a liderança de Roma.

O monge cisterciense Bernardo de Claraval nasceu em 1090 em uma família nobre da Borgonha e desde cedo recebeu uma educação religiosa. Aos nove anos foi enviado para a Escola Canônica de Châtillon-sur-Seine, localizada na região da atual França, e em 1112 optou por ingressar na abadia de Cister e assim que ingressou na Ordem começou a se destacar. A repercussão de Bernardo dentro e fora da ordem foi tão expressiva que, em 1118, devido à superlotação de Claraval, novas casas foram fundadas. Em 1119, o monge escreveu o Capítulo Geral dos Cistercienses, que deu forma definitiva para a Ordem.

Nessa comunicação, vamos nos deter no estudo da obra Elogio à nova milícia, escrita pelo monge, entre 1132 e 1136, a pedido de Hugo de Payens, primeiro grão mestre da Ordem dos Cavaleiros do Templo.

A CÓPULA DO FEMININO E DO DIABÓLICO NA LITERATURA MEDIEVAL: OS GERMENS DO ESTEREÓTIPO DA BRUXA EM A DEMANDA DO SANTO GRAAL

Francisco de Souza Gonçalves - UERJ

O presente estudo tem por objetivo precípuo refletir sobre a Literatura Medieval e a imagem da *mulher-bruxa* ali refletida, concebendo-a como um construto gradativo de uma *sociedade repressora* tardo medievá, que buscava táticas de controle do feminino, cuja mais relevante manifestação seria o *misoginismo clerical*. É de significativa importância que o fulcro principal e/ou viés epistemológico de onde parte esta pesquisa não é uma visão homogeneizante do embate ideologia clerical e feminino medieval, não se propondo, por conseguinte, uma visão “monocromática” e redutora da mulher medieval como “socialmente marginal”. Antes, almeja-se uma focalização na produção em que se pode vislumbrar as influências de parte do estamento dos *oratores* e da sociedade que coadunava com uma cosmovisão ideológica misógina. Para tal fim, utilizar-se-ão como *corpora* de pesquisa a notória obra anônima *A Demanda do Santo Graal*, do século XIII, traduzida para o galego-português no século XV e o *Malleus Malleficarum*, de Sprenger e Kramer, datada do século XV. Do ponto de vista

metodológico, pretende-se trilhar as vias de uma abordagem multidisciplinar e comparativa, adjungindo a ótica literária e sócio-histórica do ilustrativo episódio da *Filha do rei Hipômenes d' A Demanda do Santo Graal*, onde se encontra o perfil de uma mulher em plena simbiose com o demônio. Visão esta que eclodirá, posteriormente, na massiva caça às *bruxas* promovida na Idade Moderna. Além da Princesa do Reino de Hipômenes, tomar-se-á como parâmetro do protótipo de “bruxa” a sua versão “acabada”, descrita com minúcia, na obra *Malleus Malleficarum*, manual inquisitorial de alta voga em toda a Cristandade.

**DE RIGMEL, HERSELOT E OUTRAS DAMAS ANGLO-NORMANDAS: ALGUMAS NOTAS
SOBRE O CORPO FEMININO NO ROMAN DE HORN (1170)**

Gabriela da Costa Cavalheiro - UFRJ

A preocupação com o espelho, o tom rosado de uma face sempre em evidência, a seda de brocado alexandrino cobrindo um corpo de perfeitas proporções são alguns dos elementos predicativos atribuídos à jovem princesa anglo-normanda Rigmel e, em certa medida, à sua aia e companheira Herselot, figuras femininas do *Roman de Horn* (1170). Composto no medievo inglês, em anglo-normando, sobre cujo autor conhecemos apenas o nome, um certo Thomas, o romance elenca uma série de características relacionadas à descrição do corpo feminino, sempre posto em evidência numa dinâmica que privilegia a interação/relação com um personagem masculino, no caso de Rigmel, o belo e cortês Horn, protagonista da narrativa. Os saberes sobre o corpo – aqui pensado como categoria analítica e, portanto, historicamente marcado – constroem-se, no romance, através de diversos níveis discursivos, relacionando elementos concernentes não apenas às convenções de um gênero literário inserido num determinado ambiente cultural, onde imperavam ideais de cortesia assimilados à maneira insular, mas também aspectos direcionados por uma demanda aristocrática de contínuo controle do corpo como elemento principal num raciocínio guiado por intenções/interações políticas e sociais pertinentes a aristocracia anglo-normanda. Pretendemos, desse modo, (re)pensar esses diferentes saberes sobre o corpo feminino, ou seja, um corpo genderizado, conforme dispostos por essa literatura, buscando compreendê-los numa articulação dinâmica com elementos contextuais, através de uma leitura que privilegia temas ainda pouco estudados pela historiografia referente ao baixo medievo inglês e sua produção literária secular.

**QUANDO A ÁGUA E O VINHO SE MISTURAM: O SAGRADO E O PROFANO NA POESIA
ÁRABE MEDIEVAL**

Giovanna Marina Giffoni - UFF

Poeta do Período Abássida da Literatura Árabe, Abu Nuwas é reconhecido por muitos como o maior poeta árabe e mundialmente conhecido como o grande poeta do vinho. Sua obra, que institui uma até então inédita ordenação antológica por temas, e não de acordo com a rima empregada, paradoxalmente extravasa o âmbito dos limites temáticos. Assim, como diante de mais puro e antigo vinho nunca se pode estar saciado, sua poesia vaga lucidamente ébria pelos (mais diversos) cantos. Islâmico e medieval, duas instâncias que para a Pós-modernidade são muitas vezes sinônimos de obsolescência, retrocesso, o poeta, munindo-se de toda uma tradição poética árabe, brinda-nos com uma poesia báquica e ascética; homoerótica e religiosa; amorosa e satírica. O Profano e o Sagrado, a Tradição e o Novo, generosos convivas de sua Poética.

**O MILAGRE RENEGADO. REPRESENTAÇÃO RÉGIA E PODER DE CURA NA PENÍNSULA
IBÉRICA: O GOVERNO DE AFONSO X ATRAVÉS DAS CANTIGAS DE SANTA MARIA**

Gisela Monzato do Couto - UNIRIO

Durante a Idade Média, o Ocidente viu, na imagem de deus e da igreja, a possibilidade de promover uma maturação do cristianismo no imaginário da sociedade ocidental. Através da ritualista cristã e de tradições que remontam a antiguidade; a religião – além de curadora e salvadora da humanidade – passa a ter um caráter mágico. Este é logo identificado com a imagem dos reis, que teriam tais poderes por serem considerados os representantes de deus no reino temporal. Logo,

monarcas de diversas regiões veriam na religiosidade – enraizada na mentalidade social – a possibilidade de obter maior controle sobre a sociedade cristã. O presente trabalho visa analisar a natureza dos poderes taumatúrgico dos reis na Castela de Afonso X. Identificaremos através da história de Afonso X e de suas cantigas de Santa Maria, traços da representatividade real, costumes e culturas populares da época e, por último, a possibilidade, ou não, do poder taumatúrgico (ou poder de cura régio) ter se apresentado, também, na península ibérica. Com isso, será possível traçar uma rede de mentalidades que gira em torno da figura do rei e o poder de cura, possivelmente, a ele atribuído.

MARIOLOGIA MEDIEVAL: AMOR E PODER NOS SERMÕES DE BERNARDO DE CLARAVAL

Guilherme Antunes Júnior - UFRJ

O monge cisterciense Bernardo de Claraval (1090 – 1153) foi um dos mais profícuos autores cristãos do medievo. Há vários escritos atribuídos a ele. Deixou cartas, sermões e comentários sobre a Bíblia. Manteve ativa correspondência com outros eruditos da época, como Heloisa, Abelardo, Gilbert de la Porrée, etc. Foi, também, incentivador da chamada Segunda Cruzada, realizada entre 1146 e 1148, e intenso propagador da Ordem de Cister. Dentre as obras de caráter mariológico, o monge de Claraval foi possivelmente o autor do sermão *De Aqueductu*, obra que discute, dentre outros, os papéis de Maria, considerada mãe de Jesus para os cristãos, na economia da salvação. Como o sermão foi dedicado à festa de natalidade de Maria, em meados do século XII, Bernardo utilizou diversos discursos de caráter político-teológico para negar e combater a idéia de imaculada concepção. Nosso trabalho é analisar a obra bernardina à luz da categoria gênero, refletindo acerca dos saberes medievais a respeito da figura de Maria e dos discursos que a legitimam como co-salvadora dos cristãos àquela época. Esta comunicação apresenta conclusões parciais da minha pesquisa de mestrado, que está sob orientação da professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva e realizada junto ao Programa de Estudos Medievais da UFRJ.

“A VIA MAIS ESTREITA E DIFÍCIL”: EREMITISMO E SANTIDADE NA CONCEPÇÃO DE VALÉRIO DE BIERZO

Guilherme Marinho Nunes – UFRJ

Este trabalho é a primeira comunicação produzida desde que iniciei minhas pesquisas sob orientação da professora Leila Rodrigues do Programa de Estudos Medievais da UFRJ. Ele é o resultado de leituras e discussões sobre a sociedade visigótica e parte da obra de um escritor do século VII, Valério de Bierzo.

O objetivo do presente texto é identificar e analisar a concepção de eremitismo e sua relação com o ideal de santidade apresentada por Valério. Podemos perceber através da leitura de uma das três obras que constituem sua autobiografia (*Valeri narrationes superius memorato Patri nostro Donadeo Ordo querimoniae Praefatio Discriminis*) que Valério acreditava que o caminho mais correto e valoroso para se alcançar o paraíso era através do ascetismo, da luta contra o mau e da mortificação corpórea, afastando-se do século e das tentações da vida em comunidade.

APONTAMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NAS PASTORELAS GALEGO-PORTUGUESAS

Henrique Marques Samyn - UERJ

A mais antiga das pastorelas medievais, composta pelo trovador occitânico Marcabru, encerra um dialógico embate entre um cavaleiro e uma jovem pastora com sentido nitidamente alegórico: de um lado, a figura feminina representa a virtude e a castidade; de outro lado, o personagem masculino opera como uma representação do vício. Ao longo dos séculos XII e XIII – época em que as pastorelas tornaram-se um dos mais importantes gêneros poéticos medievos –, o modelo poético de Marcabru disseminou-se para além das fronteiras occitânicas, chegando inclusive à lírica peninsular; entretanto, a figura feminina que encontramos nas pastorelas galego-portuguesas estruturalmente similares à

obra de Marcabru (compostas por Pedro Amigo de Sevilha, João Airas de Santiago e D. Dinis) já não desempenha uma função alegórica, demonstrando características mais próximas das mulheres que protagonizam as cantigas de amigo ibéricas. Nosso trabalho tem como objetivo problematizar essa representação da mulher nas pastorelas peninsulares, indagando sobre os motivos e as consequências desse esvaziamento alegórico.

A EUCARISTIA NOS ESCRITOS DE FRANCISCO DE ASSIS NO SÉCULO XIII: UMA ANÁLISE DAS CARTAS AOS CLÉRIGOS, AOS CUSTÓDIOS E A TODA ORDEM

Hugo Ribeiro Nepomuceno - UFRJ

Esse trabalho está vinculado ao projeto coletivo *Hagiografia e história: um estudo comparativo da santidade*, desenvolvido no âmbito do Programa de Estudos Medievais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. O mesmo apresenta conclusões parciais de pesquisas empreendidas com o objetivo de elaborar o trabalho monográfico de conclusão do curso de graduação em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Igreja empreendeu, durante o período medieval, esforços significativos no sentido de reforçar, junto aos fiéis, a prática dos sacramentos. Nesse contexto, o sacramento da eucaristia assume papel relevante na medida em que preconiza a presença substancial de Cristo, mediante a palavra do eclesiástico, nas igrejas durante a celebração do ato. Esse tema foi tratado por Francisco de Assis em seus escritos, principalmente em algumas cartas, em que assumiam teor predominante.

Tendo em vista as orientações desenvolvidas por Francisco nas cartas aos clérigos (CCI), aos custódios (CCt) e a toda ordem (CO), temos como objetivo analisar essa documentação de modo a identificar a constituição do que acreditamos ser um processo de subjetivação dos frades no tocante a este sacramento.

ENTRE A LEI E A VONTADE: REFLEXÕES SOBRE GESTÃO PATRIMONIAL PELAS MULHERES NA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL

Isabel Cristina Martins - UFRJ

Rosiane Graça Rigas Martins - UFRJ

O Código das *Sete Partidas*, texto jurídico redigido sob o reinado de Afonso X no século XIII e, posteriormente traduzido para o português, traz, em seu conteúdo, várias matérias tocantes ao universo feminino. Observamos que, especificamente na questão da gestão patrimonial, as mulheres, em seus vários estados de vida, distinguem-se em poder ou não usufruir de sua herança.

Buscaremos compreender, inseridos no campo da História Social e com os pressupostos da História das Mulheres, como, especificamente na questão da gestão patrimonial, a rainha pode apresentar-se com exceção na opção de gerir ou não seu patrimônio herdado, analisando o caso particular da rainha Isabel de Portugal.

Utilizaremos como *corpus* documental as Partidas e o Testamento feito pela rainha Isabel e, a partir de uma análise comparativa, pretendemos analisar como, à exceção de mulheres de outros grupos sociais, à rainha foi permitido gerir bens, mesmo optando pela vida religiosa. Este trabalho vincula-se aos nossos projetos de pesquisa de mestrado, realizados junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva.

O PODER DA ORATÓRIA PRESERVADO E DESEJADO NO DIÁLOGO ENTRE PAGANISMO E CRISTIANISMO DURANTE A ANTIGUIDADE TARDIA OCIDENTAL

Janira Feliciano Pohlmann - UFPR

Herdada dos gregos, durante a Antiguidade, a retórica e as demais artes liberais compuseram o patrimônio do saber da sociedade romana, tanto pagã como cristã. Logo, a primeira etapa deste estudo consistiu em perceber a importância da oralidade e da leitura em voz alta para o período estudado (século IV d.C.). Dentre as diversas transformações levadas a cabo durante a Antiguidade

Tardia, destaca-se o fortalecimento do cristianismo em detrimento da filosofia pagã. Contudo, os representantes de ambas culturas religiosas estabeleceram diálogos constantes: enquanto cristãos procuravam estabelecer as bases de sua teologia, pagãos desejavam resguardar e fortificar seus espaços de representatividade. A partir da seleção de alguns documentos de personagens da época, da compreensão e contextualização das expressões latinas – através do emprego da linguística histórica como método de trabalho – analisamos de que maneira, no período tardo-antigo, o poder da oratória foi exercido, elogiado e desejado pelos seguidores de ambas ideologias (cristã e pagã). Diante disso, o objetivo deste artigo é verificar a importância da oratória para dois importantes personagens do debate cristianismo-paganismo nos séculos IV e princípios do V: o senador pagão Quinto Aurélio Símaco Eusébio e o pensador cristão Aurélio Prudêncio Clemente.

FELICIDADE E SUMO BEM NO COMBATE AO MANIQUEÍSMO DE AGOSTINHO DE HIPONA

Joana Paula Pereira Correia - UFES

Agostinho de Hipona, em sua juventude, adere ao Maniqueísmo, uma doutrina dualista, durante nove anos. Após a conversão ao cristianismo (386) o hiponense passa a combater o dualismo, luta esta que durou toda a sua vida. Assim, o Bispo escreve vários textos contra o maniqueísmo, entre eles *De moribus ecclesiae catholicae et de moribus Manichaerorum* (388/390). Procuraremos compreender neste artigo como Agostinho estabelece qual é o Supremo Bem do homem e como o homem alcança a felicidade, e como ele utiliza estes conceitos para combater o Maniqueísmo no *De moribus ecclesiae catholicae*.

ESTADO E PODER NO PORTUGAL AFONSINO DO SÉCULO XV

João Cerineu L. de Carvalho - UFF

A partir de um olhar lançado sobre o Portugal do século XV – nomeadamente durante o reinado de D. Afonso V e o período regencial que o precede, 1438 a 1481 –, buscamos uma perspectiva de trabalho na qual, ao analisarmos o Estado português, consideramos sua estruturação fundada sobre uma sociedade de características nobiliárquicas. Ao mesmo tempo em que reconhecemos o crescimento em alcance e importância do papel assumido pela monarquia na Baixa Idade Média portuguesa, esperamos perceber, por meio da análise da dinâmica sócio-política que sustentava o funcionamento de tal estrutura, que as condições nas quais os poderes régios se perpetuavam imprimiam-lhes uma série de limitações. Tais limites variariam, de forma decisiva, de acordo com o panorama conjuntural, indo além do que se encontrava na doutrina jurídico-política então perpetuada. Visamos, portanto, levar em consideração as forças que estabeleciam a lógica estatal lusitana baixo-medieval, evitando a ideia de que havia naquele período algum tipo de “projeto modernizador”, que pré-estabelesse uma configuração estatal Moderna, mas entendendo de que forma as alianças, tensões, oposições e conflitos – em especial entre a monarquia e as elites políticas quatrocentistas – constituíam materialmente as disputas e os focos de poder em Portugal.

TIPOLOGIA ARISTOCRÁTICA BIZANTINA E A FORMAÇÃO DOS ARCHONTES KOMNENOI (SÉCULOS IX-XII)

João Vicente de Medeiros Publio Dias – UFPR

“*Aristocracia*”, em sua raiz grega, significa o “*poder dos melhores*” e melhores são aqueles que estão no poder ou o influenciam diretamente. Apesar de sua origem grega, os bizantinos raramente usavam esse termo para falar de suas elites e muito menos havia, em Bizâncio, uma aristocracia institucionalizada, como se observou na Europa Ocidental em épocas semelhantes. De tal modo que, nesse trabalho, faremos uma tipologia da aristocracia bizantina segundo sua localização geográfica e tradição política. De forma que tentaremos fugir de conceitos como os de Georges Ostrogorski que dividiu aristocracia em dois grupos concisos, a aristocracia “civil” e “militar”, e achou nessa divisão as causas da crise política que assolou Bizâncio na segunda metade do século XI. Na realidade, da mesma forma que não havia uma elite institucionalizada em Bizâncio, podemos perceber, a partir do

século IX, o surgimento de vários grupos aristocráticos, mas percebemos o destaque de um grupo de famílias de origem anatólica, proprietária de largas faixas de terra e grande proeminência no exército bizantino. No ano de 1081, uma facção política formada principalmente por indivíduos originados dessas famílias e liderada por Aleixo Comnenos tomou o trono imperial e iniciou uma nova fase na História do Poder em Bizâncio. Para firmar sua base política, Aleixo I(1081-1118) estabelece um novo conceito aristocrático baseado nas antigas linhagens militares da Anatólia, mas não só nelas, através da criação de novos títulos cortesãos cujo grau de importância era estreitamente ligado com o grau de parentesco com o *basileos*. Títulos que davam não somente *status*, mas também acesso a postos na estrutura militar e administrativa do Império e às *pronoiai*.

AS VIRTUDES DA REALEZA CASTELHANA NO DISCURSO JURÍDICO DO FUERO REAL

Jorge Gabriel Rodrigues de Oliveira - UGF

Nosso trabalho objetiva analisar a forma como o discurso jurídico, previsto no Fuero Real, possibilita a construção de uma imagem real. Para tanto, precisaremos considerar o próprio conceito de realeza que, no que se refere ao medievo, possui três instâncias constitutivas e fundamentais que aparecem nos modelos do Medievo Ocidental, quais sejam: a própria realeza, a monarquia e a figura do rei; onde a primeira pode ser entendida como o que pertence à pessoa e ao estatuto do rei, ou seja: é todo o aparato régio simbólico, ritualístico e ideológico, característicos de uma forma de governo específica e de seu representante. Dentro desta concepção, encontra-se a segunda instância que é a “forma de governo régio”, levando em consideração todas as suas variações no que se refere à relação espaço-tempo e, também, a terceira que tem o rei como representante máximo dos valores sociais e, com efeito, “o centro ou o foco de toda a comunidade”.

A figura do rei no que se refere a esta produção, merece um local de análise com maior destaque, levando em consideração suas relações com o poder através do Direito e do apoio dado pela Igreja, na tentativa de fortalecimento de sua *auctoritas*. Doravante, o rei em sua mais pura essência tem, por natureza, os atributos de guerreiro, o que lhe confere o direito de uso da violência, e não necessariamente de força corporal, mas sim por intermédio de um aparato militar alinhado aos seus interesses.

Partindo destes pressupostos, então, centraremos nossa análise nas virtudes necessárias aos monarcas e as atribuições referentes aos mesmos, tomando como fonte de análise o Fuero Real, produzido na corte de Afonso X, no séc. XIII.

JULIANA, ÁGATA E ANASTÁCIA: SANTAS VIRGENS E MÁRTIRES NA OBRA LEGENDA ÁUREA

Juliana Martins Silva - UFG/Campus Catalão

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a legenda de três santas, contidas na coletânea hagiográfica *Legenda Áurea*: Santa Juliana, Santa Ágata e Santa Anastácia. A opção por estas três Santas surgiu inicialmente por critérios de afinidade, contudo, o que se busca verificar neste estudo são os aspectos semelhantes entre essas santas, com destaque especial para a virgindade, como representação maior da santidade feminina, no século XIII. Metodologicamente, a pesquisa se baseia em uma discussão de gênero, compreendido como elemento constitutivo das relações sociais, mas não o único. As três santas, aqui estudadas, representam um grupo de santas virgens que segundo a narração de Jacopo Varazze, passaram por flagelos consideravelmente insuportáveis, a fim de permanecerem virgens e castas. A hagiografia é um gênero literário, que narra a vida de santos(as). Entre as obras deste gênero, elaboradas naquele século está a coletânea *Legenda Áurea*, organizada por Varazze. Ressalta-se que, o objetivo primário de um hagiógrafo não é compor um relato biográfico do santo, mas antes retratá-lo como exemplo de virtude cristã. Naquele período, por conta do processo de renovação religiosa e para facilitar a ação dos pregadores, as hagiografias foram muito disseminadas.

AS ATAS DO VI CONCÍLIO DE TOLEDO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Juliana Prata da Costa - UFRJ

O reinado de Chintila caracterizou-se, por um lado, pela instabilidade política do reino visigodo, inclusive com revoltas na Septimânia e na Galiza, e, por outro, por um amplo processo de expansão da Igreja na região. Este trabalho se relaciona à minha pesquisa, iniciada recentemente e sob a orientação da professora Leila Rodrigues, e busca, tendo em consideração o referido contexto, refletir sobre alguns dos aspectos sobre os quais a elite episcopal esteve debruçada.

O objetivo deste trabalho é, portanto, traçar as primeiras considerações a respeito dos principais temas presentes nas atas do VI Concílio de Toledo, convocado no século VII pelo monarca visigodo Chintila, que reinou de 636 a 639, e presidido pelo bispo desta diocese, Eugenio. Nesse sentido, focaremos nossa atenção nas normas de comportamento voltadas para os bispos e nas referências à fidelidade ao rei.

A PRIMEIRA CONVERSÃO E A LUTA CONTRA O DEMÔNIO NA VIDA DE VALÉRIO DO BIERZO

Juliana Salgado Raffaeli - UFRJ

Valério do Bierzo viveu no reino visigodo do século VII. Identificado com o anacoretismo, considerava-se, como indica trechos de sua autobiografia, um exemplo de homem santo, inspirado no modelo dos Padres do Deserto. Seu corpus literário, apesar de menor que de muitos dos seus contemporâneos, possui um peso significativo na produção da época. Em nosso trabalho, sob orientação da professora Leila Rodrigues da Silva, apresentaremos, com base especialmente na sua autobiografia, alguns aspectos da sua vida monástica. Dedicaremos nossa atenção, sobretudo, à análise de um dos “capítulos” da obra *Replicatio sermonum a Prima Conversione*, na qual Valério relata alguns episódios referentes à sua primeira conversão, que são entrelaçados com os constantes embates do monge com aquele que ele considera ser seu maior inimigo, o demônio.

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA DE CAVALARIA A PARTIR DA DINASTIA DE AVIS: O MODELO DO LIVRO DA ENSINANÇA DE BEM CAVALGAR TODA SELA

Katiuscia Quirino Barbosa - UFF

Com o advento da Casa de Avis é notável o aumento da produção de livros na corte portuguesa. D. João I e os príncipes da *Ínclita Geração* inovam a literatura em prosa com a redação de tratados doutrinários e moralistas que abordam temas como religião, política e normas de conduta. Outra novidade do período é a criação do cargo de cronista-mor do reino, fato que está diretamente ligado a necessidade de legitimar a nova Dinastia, bem como com a preocupação com a questão da memória e, por conseguinte, da identidade. Dessa forma, a literatura converteu-se no principal mecanismo difusor da ideologia monárquica que doravante, busca seus significados na releitura das noções de cavalaria, cruzada e missão.

Nesse sentido destacamos O *livro da ensinança de bem cavalgar toda sela escrito por D. Duarte*. Trata-se do primeiro tratado de equitação da literatura europeia que para além de sua intenção didática, possui um propósito pedagógico e social amplo, constituindo um código de comportamento que D. Duarte pretendia impor à nobreza, podendo ser compreendido como um esforço dirigido a reformar os hábitos deste grupo, cuja imagem se vinculava diretamente a do cavaleiro. Destarte, nosso objetivo é definir o paradigma de cavalaria em Avis a partir da análise dos modelos expostos no *livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*.

D. DINIS E A CONCORDATA DE ONZE ARTIGOS: UMA PRIMEIRA TENTATIVA DE PACIFICAÇÃO COM O PODER ECLESIAÍSTICO

Láisson Menezes Luiz - UFG/ Campus Catalão

Durante a Idade Média, como sabemos, o ocidente europeu foi marcado por uma grande influência da Igreja, tanto no campo espiritual como no campo sócio-político. Em Portugal essa

situação não foi diferente, a Igreja também foi bastante influente nas relações políticas, econômicas e sociais. Este trabalho tem como objetivo discutir o processo de pacificação entre a coroa, a nobreza e o clero, na sociedade medieval portuguesa, pois estes viviam em constantes conflitos por causa de seus interesses. Vamos discutir esse processo de pacificação no reinado de D. Dinis, pois este foi, de fato, o monarca que conseguiu amenizar as querelas que havia entre essas ordens, estabelecendo assim um clima de paz no reino português. D. Dinis governou Portugal de 1279 a 1325, e seu reinado foi caracterizado por dar prosseguimento à política de consolidação e centralização do poder monárquico iniciada por seu pai D. Afonso III. Além da pacificação com o clero, este monarca ficou reconhecido por implantar durante o seu reinado várias mudanças que foram decisivas para o desenvolvimento do reino lusitano. Com a Santa Sé D. Dinis realizou três concordatas, duas de 1289, uma de 11 e outra de 40 artigos, respectivamente, e uma terceira de 1309 de 22 artigos. Vamos utilizar neste trabalho apenas a concordata de 11 artigos, estabelecida entre a Coroa portuguesa e a Santa Sé, entre os anos de 1288 a 1292. Metodologicamente, procederemos com uma análise da referida concordata, verificando quais os assuntos abordados e a importância que a mesma teve para o processo de pacificação.

AS ESTRATÉGIAS PARA UM DISCURSO COMPORTAMENTALISTA EM DE GLORIA CONFESSORUM

Letícia Sousa Campos da Silva - UFF

O objetivo da comunicação é persuadir o outro à aceitação. Afinal, independentemente de se assumirem como tal, todos os discursos argumentam sobre alguma coisa. Para convencer o leitor, o enunciador utiliza-se de alguns procedimentos argumentativos. Não se pode precisar a intenção de cada um dos enunciadores, mas alguns vestígios transparecem no enunciado. Não seria diferente com os textos medievais. O livro *De Gloria Confessorum* do bispo Gregório de Tours é um dos produtos culturais do século VI. Analisando-se as condições de produção deste discurso, a proposta é uma pequena análise das estratégias utilizadas pelo autor para implementação de um discurso comportamentalista.

AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE MASCULINO/FEMININO NOS MOSTEIROS DA ESPANHA VISIGÓTICA

Luciana Mourão Maio - UFF

O presente trabalho é um produto da Bolsa de Extensão / PROEX/ UFF vinculada ao Projeto de Extensão: “*O Liber Ordinum*: rituais visigóticos da Igreja da Espanha (séc. V ao XI), tradução, análise e comentários”, concedida pela Pró-Reitoria de Extensão da UFF e coordenado pela professora Dr^a. Livia Lindóia Paes Barreto. Selecionamos para uma primeira análise conjunta, dois rituais do *Liber Ordinum* - obra fonte para os estudos do Grupo *Translatio Studii*- Núcleo Dimensões do Medievo: o primeiro *Ordo ad ordinandam abbatissam* e o segundo *Ordo in ordinatione abbatis*, que tratam, respectivamente, da ordenação de uma abadessa e da ordenação de um abade na época em que vigorava na Espanha a liturgia visigótica. Pretendemos com esse trabalho, a partir da tradução e análise dos textos e confronto dos dois rituais de ordenação, analisar suas semelhanças e diferenças, tomando por base a identidade lexical entre esses dois termos (*abbas/ abbatissa*) que na prática não representa uma igualdade de poder, e considerando a oposição masculino/ feminino, com o objetivo de poder compreender um pouco melhor o valor atribuído ao cargo de abadessa, conhecido, atualmente, por “Madre Superiora”, o mais alto cargo feminino na hierarquia de um mosteiro.

UM NO MEIO DE MUITOS, MAS UM ESPECIFICAMENTE: GALGANO DE GUIDOTTI DENTRE OUTROS VENERÁVEIS ITALIANOS DO SÉCULO XII

Marcelo Fernandes de Paula - UFRJ

A crença nos homens santos é um traço do cristianismo desde os primeiros séculos. Mas o entendimento sobre as qualidades de um homem para ser considerado digno de veneração variou muito com o tempo e o espaço. Pesquisadores como Vauchez, ao estudar o reconhecimento da santidade, procuraram destacar aspectos comuns a pessoas tidas como santas em determinados

contextos, defendendo a idéia de que havia modelos de santidade. Mas a construção de modelos não compromete a observação de especificidades em cada caso? Utilizando o levantamento sobre os veneráveis feito pelo projeto *Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade* e à luz de um dos personagens, Galgano de Guidotti, discutiremos em nossa comunicação os limites do uso dos modelos explicativos para pensar a santidade.

GÊNERO E PERSONA JURÍDICA: O CASO DO ADULTÉRIO NAS SIETE PARTIDAS DE AFONSO X (1252-1284)

Marcelo Pereira Lima - UFRJ

Quem se interessa pelas temáticas relacionadas ao pecado e ao delito na Idade Média se depara necessariamente com a problemática da pertinência do uso das categorias “persona”, “indivíduo” e “sociedade”. A historiografia debateu intensamente o assunto. Com perspectivas muito diversas e até contraditórias, essa questão mobilizou numerosos autores(as) tais como Jakob Burkhardt, Otto von Gierke, Walter Ullmann, Aaron Gurevich, Jean-Claude Schmitt, José L. Romero e, mais recentemente, Jérôme Baschet e Caroline Walker Bynum. No entanto, com exceção desta última autora, há ainda pouco interesse em articular efetivamente a problemática do pecado-delito às perspectivas elaboradas pelos Estudos de Gênero. Nesta comunicação, gostaríamos de discutir como foram (des)construídos os significados relativos aos sujeitos jurídicos do adultério presentes nos discursos legislativos produzidos durante o governo de Afonso X. Ou melhor, de uma maneira mais preliminar, temos em mente dois objetivos específicos: a) identificar os sujeitos jurídicos do adultério; b) analisar as relações entre gênero e os processos históricos de significação em torno desse delito-pecado nas *Siete Partidas*.

O MESTRE DA DIPLOMACIA

Márcia Gomes Fernandes - USP

Um dos principais representantes do pensamento político florentino, Maquiavel propõe-se a analisar e responder problemas de seu tempo e nesse processo há uma ligação com a tradição teórica e, ao mesmo tempo, um rompimento. É necessário ressaltar que toda sua produção intelectual está diretamente vinculada à sua experiência no serviço público florentino. Portanto, vamos percorrer, sucintamente, sua trajetória política.

Em junho de 1498, Nicolau Maquiavel é designado Secretário da Segunda Chancelaria, o que lhe dava um poder de fato. Juntamente com a Primeira Chancelaria, Maquiavel pode tratar das questões do Estado. Dessa forma, Nicolau Maquiavel tornar-se-ia um membro do Estado florentino imprescindível nas missões externas, retirando Florença do alvo das ambições imperialistas das potências européias, como a França, a Espanha, o Império e o Papado. Trabalhando nas missões diplomáticas Maquiavel esteve diante do todo cenário político da Europa e ganhou muito com isso. Talvez o maior dentre todos, foi a desenvolvimento de uma habilidade para a observação e análise política. Isso lhe valeu apontar os erros e acertos de governantes e povos. Foi esse seu aprendizado mais precioso: a noção de como se tornara vulnerável sua cidade tão amada. E será por esse amor e pelo receio da vulnerabilidade florentina que Maquiavel dedicou grande parte de sua vida. E foi desse contato com a realidade que Maquiavel pode desenvolver seu realismo histórico e desenvolver fundamentos vitais para a construção da Ciência Política Moderna, além de romper com toda uma tradição do pensamento político.

A ORDEM DOMINICANA E A PALAVRA NO SÉCULO XIII: ESTUDOS SOBRE O USO DA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO DA CRISTANDADE APÓS A REFORMA GREGORIANA

Marcos Abrahão – Gama Filho

O século XIII caracterizou-se, assim como o XI e o XII, por um grande impulso no desenvolvimento da Europa Ocidental. O Direito Romano voltava à cena, acompanhado pelo nascimento das Universidades e por um movimento das monarquias no sentido da afirmação frente aos demais

poderes. A Igreja era alvo de críticas motivadas por suas contradições, agravadas pelos problemas relativos ao desenvolvimento da piedade laica, à simonia, à heresia, ao nicolaísmo, à perda das concessões cristãs do Oriente e a utilização política das cruzadas.

A convocação do III e do IV Concílios de Latrão, especialmente o último, foi uma resposta do papado, na busca por recuperar a hegemonia do poder espiritual da Igreja. Neste contexto, surge a Ordem dos Irmãos Pregadores (*Ordo Fratrum praedicatorum*) fundada por Domingos de Gusmão no início do século XIII, que vai combinar a vida apostólica com o cenobitismo, fazendo do Convento um centro de formação onde os integrantes da ordem fundamentavam a sua missão evangelizadora. Esse privilegiar da educação para fortalecer a palavra, propiciou a formação de Tomás de Aquino, cujo pensamento teológico será de grande importância para a Igreja e demais setores da sociedade do século XIII e em diante. Da mesma forma, o trabalho itinerante e o ensino como instrumento pastoral contribuíram para o fortalecimento da fé cristã, em acordo com os fundamentos da Ordem dos Pregadores: oração, estudo e vida comunitária pela graça da palavra.

Nosso objetivo é contextualizar o surgimento da Ordem dos Irmãos Pregadores.

AS REPRESENTAÇÕES DE VILLANIA NA OBRA TEATRAL DO PADUANO ANGELO BEOLCO (1494-1542), O RUZANTE

Maria de Nazareth Eichler Sant'Angelo – FGV/CPDOC

O objetivo da presente comunicação é compreender como as representações de *villania* foram interpretadas na obra de Angelo Beolco (1494-1542), conhecido como Ruzante. O autor caracteriza em suas peças os camponeses habitantes da *terraferma*. Trata-se do domínio territorial de Veneza na região do vêneto – porção setentrional da península itálica. Angelo Beolco figurou por muito tempo, na história da literatura italiana, como um autor pobre, inculto, de moral desregulada e modos vulgares. A imagem distorcida do mesmo começou a ser desconstruída a partir da biografia escrita pelo historiador da literatura Paolo Sambin, preparada com o aporte de documentação inédita e escrita com uma cuidadosa investigação arquivística. A partir de então ganhou força a interpretação segundo a qual Ruzante foi um burguês culto. Beolco, ainda, manteve durante toda a vida uma relação próxima com o intelectualizado patricio veneziano Alvise Cornaro (1477-1566) radicado em Pádua. Ruzante exerceu funções de procurador do patricio em negócios de aquisição de terras e tornou-se o seu consultor teatral exclusivo. Cornaro fez do seu palácio um *locus* referencial para a cultura universitária da época, e Ruzante beneficiou-se dos fecundos debates promovidos nele. Angelo Beolco foi, portanto, um autor – e também ator – a serviço de um público aristocrático e urbano, mas que fez emergir na cena cortesã da época a sua interpretação da visão de mundo camponesa a respeito da vida, do amor, do trabalho, da carestia, etc. Proponho centrarmos a análise da caracterização do vilão ruzantiano a partir da encenação de um de seus diálogos, na estância de caça de seu mecenas, no ano da carestia de 1529.

O EXERCÍCIO DO PODER RÉGIO EM PORTUGAL (SÉCULO XIII)

Marina Cavalcanti e Silva Neofiti – USP

As práticas do poder régio, em Portugal no século XIII, estão ligadas às relações entre rei, clero e nobreza. Ao observarmos tais relações podemos apreender diversas características do exercício do poder pelo monarca e em nossa comunicação destacaremos três: o rei como mediador das relações entre as camadas sociais; como árbitro de conflitos; e, por fim, como um dos atores nas disputas pela hegemonia de poder em determinadas regiões.

Para isso utilizaremos exemplos retirados de uma documentação referente aos direitos de padroado na Terra de Santa Maria. Nesta região, durante o século estudado, podemos detectar tentativas de concentração de poder pelo rei e os conflitos, tensões, negociações e concessões advindas dessas tentativas.

E o exercício dos direitos de padroado pelos padroeiros (que poderiam ser nobres, clérigos ou o próprio príncipe) nos permite – através do nosso *corpus* documental formado por apresentações de párocos, conflitos e doações – visualizar aquelas práticas de forma concreta, devido à complexidade desses direitos, que envolvem caracteres políticos, econômicos e sociais.

A FIGURA DO ESCRIVÃO PÚBLICO NA CONCEPÇÃO JURÍDICA DO FUERO REAL

Marta de Carvalho Silveira - UFF

O séc. XIII representou para o reino castelhano-leonês um período de intensa articulação jurídica. Intentando desenvolver a centralidade política, monarcas como Fernando III e Afonso X investiram seus esforços na busca pelo fim do pluralismo jurídico característico do seu contexto. Para tanto, Afonso X estimulou a produção de uma vasta obra jurídica da qual destacamos o Fuero Real, que tinha como finalidade última reunir os princípios legais do reino em um só documento, tornando nulos os demais fueros.

Apesar da não concretude de tal projeto, graças aos conflitos constantes entre a aristocracia local e a realeza, o estudo dessa obra nos possibilita compreender a forma como as penalidades eram determinadas e aplicadas nos diversos tipos de infrações previstas na lei e concernentes ao convívio das comunidades castelhanas, através da ação dos escrivãos públicos. Estes eram designados pelos reis, sendo responsáveis pelo registro das ações legais estabelecidas no seio das comunidades. O que poderia lhes garantir um papel de destaque no seio das mesmas, visto que funcionavam como criadores e guardiões da memória legal comunitária, que mostrava-se fundamental na resolução dos conflitos internos e cotidianos das mesmas.

Sendo assim, nosso trabalho objetiva analisar, à luz do Fuero Real, a forma como a função dos escrivãos públicos era estabelecida na lei, suas atribuições básicas, os critérios pessoais necessários ao desempenho da mesma. Estando toda essas questões inseridas tanto no quadro externo dos conflitos entre a realeza e a aristocracia, bem como, internamente, nas disputas políticas presentes entre os próprios elementos aristocráticos locais.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIRGINDADE NO REINO VISIGODO

Michelle de Oliveira Santos - UFRJ

Preocupados com a organização e consolidação dos dogmas e demais referenciais eclesiásticos, parte da elite episcopal produziu, sobretudo, em princípios da Idade Média, um número considerável de documentos. No reino visigodo encontramos uma vasta produção intelectual, vinculada a este processo de fortalecimento da Igreja. Interessa-nos, especialmente, os escritos que versam sobre questões vinculadas ao controle da sexualidade e a modelos de conduta.

Neste trabalho, objetivamos verificar de que modo a virgindade era vista em documentos produzidos no reino visigodo, localizado na Península Hispânica, entre os fins do século VI e meados do século VII. Para tanto, destacaremos alguns aspectos do seguinte *corpus documental*: a Regra de Leandro de Sevilha; os Ofícios Eclesiásticos, de Isidoro de Sevilha; e o tratado A Virgindade Perpétua de Santa Maria, escrito por Ildefonso de Toledo.

AS PRÁTICAS PAGÃS E O SEGUNDO CONCÍLIO DE BRAGA

Nathalia Agostinho Xavier - UFRJ

A organização política dos reinos germânicos se dá concomitantemente à tentativa de uniformização litúrgica e doutrinal promovida pela Igreja, identificável por meio da leitura dos cânones da cristandade ocidental. Tendo como referência fundamental as atas do segundo concílio realizado em Braga, na Galiza sueva, no presente trabalho objetivamos discutir aspectos do processo de cristianização empreendido na região ibérica.

Focaremos nossa atenção ao estudo do “outro” à luz do desenvolvimento historiográfico atual, considerando o discurso das fontes eclesiásticas, que pouco se preocupa em observar a variedade das crenças religiosas, reduzindo-as a uma caracterização generalizante. Observando, portanto, as cautelas necessárias à leitura dos documentos que, originadas no seio da ideologia dominante, silenciam as demais expressões culturais e religiosas, relegando-as ao campo do mágico ou do supersticioso. Por conseguinte, será valorizada a resistência dos cultos pagãos às formas de coerção e imposição religiosa propostas pelo episcopado.

PECADO, VÍCIO E VIRTUDE NA ALTA IDADE MÉDIA A PARTIR DE DUAS OBRAS DE ISIDORO DE SEVILHA

Nathália Cardoso Rachid de Lacerda - UFRJ

Neste trabalho traçaremos, a partir do olhar eclesiástico, algumas considerações acerca das concepções de pecado, vício e virtude na Alta Idade Média na Europa Ocidental. Tal proposição considerará, em especial, a perspectiva do bispo Isidoro de Sevilha, expressa em duas de suas obras por nós destacadas, sobre as regras de conduta a serem seguidas pelos fiéis frente a questões como luxúria, soberba e gula, três pecados extremamente interligados.

As obras selecionadas para desenvolver o tema aqui proposto são o *Synonymorum libri duo*, conhecido como “Sinônimos” e formado por dois livros, e o *Sententiarium libri*, formado, por sua vez, por três, e conhecido como “Sentenças”. As duas obras foram escritas na época em que Isidoro, que viveu entre os séculos VI e VII, era bispo no reino visigodo de Toledo. As ponderações diretamente vinculadas aos nossos interesses se encontram reunidas no segundo livro de cada uma dessas obras, sobre os quais, portanto, pretendemos nos deter para melhor pensar tais questões.

CAVALARIA, EREMITISMO E SALVAÇÃO N’ A DEMANDA DO SANTO GRAAL

Neila Matias de Souza - UFF

O objetivo central de nosso estudo é compreender a relação entre cavalaria e religiosidade na fonte medieval *A Demanda do Santo Graal*, percebendo a vinculação entre o eremita, o cavaleiro e a salvação, não só nessa novela de cavalaria, como também no *Livro da Ordem de Cavalaria* do filósofo catalão Ramon Llull. Nosso trabalho intenta, ainda, estabelecer as diferenças entre o cavaleiro cristão e o cavaleiro pagão na *Demanda*, além de identificar a construção da imagem de um herói cristão, representado pelo cavaleiro Galaaz. O recorte cronológico da pesquisa é o século XIII no espaço da Península Ibérica e as fontes principais são *O Livro da Ordem de Cavalaria* e *A Demanda do Santo Graal*. Numa sociedade marcadamente religiosa como foi a sociedade medieval, em que os homens ansiavam profundamente pela salvação, ela poderia ser alcançada de várias formas e os cavaleiros tentavam consegui-la, após uma longa jornada de atividades mundanas, através de um vida de dedicação a Deus pelo eremitismo. Portanto, o trabalho a ser apresentado centra-se no estudo da relação entre cavalaria, eremitismo e salvação, pois a ordem de cavalaria vai adquirindo no decorrer do século XII conotações sensivelmente religiosas, como podemos observar em nossas fontes principais acima mencionadas.

A TEORIA DA REFERENCIAÇÃO NOS RITUAIS LITURGICOS DA IGREJA HISPÂNICA VISIGÓTICA

Nilcileia da Silva Rosário - UFF

Este trabalho, apoiado pela Bolsa de Iniciação Científica / FAPERJ, é parte integrante das atividades realizadas com o Grupo de Pesquisa “*Translatio Studii* - Núcleo Dimensões do Medievo”, composto por professores da UFF, das áreas de Latim, História Antiga e Medieval e Filosofia, que têm como proposta promover os estudos medievais no âmbito da Instituição. Objeto de estudos, o *Liber Ordinum*, de Mário Férotin, consiste em uma compilação dos mais antigos rituais litúrgicos da Igreja Hispânica Visigótica, em uso durante os séculos V e XI, quando, sob a decisão do papado e dos monges Cluny, esses rituais foram substituídos pelo ritual romano. Dentre os diversos rituais existentes, foram escolhidos dois textos referentes à purificação da água a ser utilizada em várias ocasiões: “EXORCISMUS AGUE” e “ITEM EXORCISMUS” (pág.89). Será feita uma análise, sob o aspecto semânticolinguístico, dos pontos de contato e divergência entre os dois rituais selecionados. Para tal estudo, foi utilizada a teoria linguística da referenciação, que consiste no uso de referenciais e de atributivos no processo de construção do discurso, os quais, empregados nos textos acima referidos, servem de fonte contextual para estabelecer uma cadeia de referência da escolha lexical influenciada pelo imaginário social da época na realização dos atos praticados pela Igreja Hispânica Visigótica.

**ÁTILA, REI DOS MAGIARES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO RETÓRICO DOS HUNOS
NA GESTA HUNGARORUM DE SIMÃO DE KÉZA (SÉC. XIII)**

Otávio Luiz Vieira Pinto - UFPR

Este trabalho tem por objetivo tecer considerações acerca do uso retórico de Átila e dos hunos na obra magna do cronista húngaro Simão de Kéza, a *Gesta Hungarorum*. Escrita na segunda metade do século XIII, no reinado de László IV, esta obra traça um panorama da história húngara desde conjecturados tempos bíblicos até a emergência da invasão tártaro-mongol, por volta de 1285, data provável da morte do autor. Em sua construção retórica e dentro de sua lógica textual, Simão de Kéza faz variado uso de mitos, relatos orais, tradições literárias, passagens bíblicas e crônicas anteriores, de forma que seu trabalho apresenta-se como uma fonte impar para o estudo da história, da erudição e das recepções intelectuais na Hungria medieval. A construção que se faz ao redor da figura de Átila e dos hunos, dessa forma, representa não apenas uma formulação política e cultural, mas também denota a circulação do autor e de idéias neste contexto específico húngaro. A partir da análise retórica desta documentação e da delimitação de sua lógica interna, portanto, acreditamos ser possível traçar elementos historiográficos que venham a contribuir com a demanda de um nicho de pesquisa pouco explorado ou mesmo inexistente na academia brasileira: o do medieval húngaro.

**CALENDÁRIO LITÚRGICO E AFIRMAÇÃO EPISCOPAL NO SÉC. VI: ROGAÇÕES,
ASCENSÃO E PENTECOSTES NOS ESCRITOS DE CESÁRIO DE ARLES**

Paulo Duarte Silva - UFRJ

O processo de organização do calendário litúrgico cristão encontra-se ladeado pela afirmação da atuação bispal na *pars occidentalis* imperial, devendo assim ser considerado como um dos âmbitos do fortalecimento institucional eclesiástico.

A festa da Páscoa, precedida pela temporada da Quaresma, é reconhecida como o núcleo primário do calendário litúrgico cristão. Entre os séculos V e VI, no entanto, observa-se a extensão dos dias pascais abarcando as datas de Rogações e das festas de Ascensão e Pentecostes.

Nesta comunicação, discutimos a intervenção episcopal determinada nas referidas datas – expressa na afirmação de práticas litúrgicas e de normatizações aos fiéis – a partir dos escritos atribuídos a Cesário, bispo de Arles na primeira metade do século VI. Para tal, analisaremos seus sermões e atas de concílios nos quais o prelado tomou parte, em especial naqueles dedicados aos dias rogativos, à Ascensão e Pentecostes.

**RELAÇÕES PESSOAIS DE DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO: A DOMINAÇÃO NO ALTO-
MEDIEVO IBÉRICO (SÉCS. VI-VIII)**

Paulo Henrique de Carvalho Pachá - UFF

Sem história não há crítica possível, sem crítica não há qualquer história desejável. Conhecedor desses limites, Marx fundou sua análise crítica do modo de produção capitalista na história. Seu método, histórico e dialético, apresenta-se como uma ferramenta ímpar para a análise do passado e, simultaneamente, desvela as determinações do presente. Segundo o autor, a emergência e o desenvolvimento do capitalismo pressupõem e põem o indivíduo “livre”, não mais marcado por laços pessoais de dependência, mas cuja dependência é objetual, multilateral e o vincula a totalidade dos outros produtores. O pré-capitalismo em geral – e o medieval em específico – caracteriza-se então como antítese desse quadro: no limite, vinculam-se todos os indivíduos por relações pessoais de dependência, hierarquicamente articuladas. O desenvolvimento de tal indicação geral, por sua vez, deve ser complementado por uma consideração da forma, dinâmica e desenvolvimento histórico de tais relações, bem como de seu papel estrutural no medieval. O presente trabalho propõe a análise de tais considerações no contexto de reorganização, emergência e difusão das relações pessoais de dependência e subordinação no alto-medieval, tendo como ancoragem espacial a *Hispania* (entre os séculos VI-VIII), área na qual o desenvolvimento de tal processo ocorreu de forma precoce e acelerada.

Através da análise de hagiografias do período e legislação régia visigótica procuramos desvelar tal processo em suas determinações mais gerais.

A PERCEPÇÃO VISIONÁRIA EM *APOCALYPSIS CUM FIGURIS* DE ALBRECHT DÜRER (1498)

Paulo Roberto Parq Alves Pedreira – UFRJ

Por se tratarem de relatos relacionados estritamente à experiência da visão, as Revelações de João foram fonte de grande inspiração para crenças, doutrinas, valores e para o imaginário do Ocidente Medieval Cristão, contribuindo como fonte para uma larga produção iconográfica.

Em 1498 Albrecht Dürer (1471-1528) publicou, na cidade de Nuremberg, a primeira edição de *Apocalypsis cum figuris*, um livro impresso com imagens sobre o Apocalipse composto visualmente por 15 xilogravuras e que foi um marco na iconografia desse tema.

Historiadores da Arte como Erwin Panofsky e Michael Camille apontam para a maneira como Dürer representou o santo visionário como algo inédito na iconografia apocalíptica, distanciando-se das tradições de representação visual do tema.

A forma como João, tradicionalmente identificado como João Evangelista, foi representado no ato de sua visão por Dürer é de profunda relevância para que possamos compreender como se dá a percepção da visão em sua obra.

Nesse sentido, o presente trabalho visa verificar como o artista representou São João Evangelista em sua narrativa visual sobre o Apocalipse, atentando para as tradições iconográficas sobre o tema. Tal análise se dará a partir de exemplares originais de xilogravuras que compõem *Apocalypsis cum figuris* pertencentes à Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

IBN KHALDUN E O MUÇULMANO PERFEITO

Paulo Vinicius Figueiredo dos Santos – Gama Filho

Khaldun foi um estudioso de lingüística, jurisprudência e seu trabalho possuía como principal característica a análise de sistemas sociais. Começou sua vida como uma espécie de escrivão, chegando a chefe religioso e vizir no fim de sua vida. Teve contato com grandes figuras do século XIV, como Muhammad V (emir de Granada), Pedro, o Grande (rei de Castela) e teve um brevíssimo contato com Tamerlão (imperador mongol), quando este invadiu a cidade do Cairo. Seu estudo sobre a sociedade do período fornece contribuições para o entendimento do contexto da época. Este trabalho busca analisar as imagens construídas pelo autor magrebino Ibn Khaldun, em sua obra *Prolegômenos*, acerca da chamada Reconquista Cristã, movimento de expansão dos reinos cristãos para as regiões que se encontravam sob o domínio árabe desde o início do século VIII. Khaldun desconsidera o papel dos cristãos nesse movimento, caracterizando-os como meros ignorantes e bárbaros que não conheciam a verdadeira fé. Cria, em contrapartida, um discurso de culpabilização nos muçulmanos andaluzes que, segundo ele, perderam o espaço que ocupavam na península por terem se desviado dos ensinamentos do Profeta. A partir destas críticas procuro entender o que, para Khaldun, é o muçulmano perfeito.

[RE] DISCUTINDO AS DIFERENTES APLICABILIDADES DA DOCUMENTAÇÃO MEDIEVAL: O CASO DA IRLANDA

Pedro Vieira da Silva Peixoto – UFRJ

Os textos medievais relacionados aos estudos célticos apresentam-se como um riquíssimo *corpus* documental que, por sua vez, possui naturezas bastante diferentes a serem exploradas. Dentre essas diferenças podemos citar hagiografias (vidas de santos), hinos e elogios bíblicos, liturgias, gramáticas de latim e da língua vernácula, poemas diversos, textos etimológicos e onomásticos, anais, genealogias, topografias, leis e tratados legais que dizem respeito tanto à Igreja como à sociedade laica, visões e narrativas sobre viagens, sagas e histórias.

Esta comunicação tem por objetivo identificar o modo através do qual os textos medievais irlandeses vêm sendo utilizados por diversos acadêmicos e pesquisadores, tanto historiadores, como

linguistas e arqueólogos, dentre outros, nos estudos relacionados às sociedades celtas. Buscaremos, assim, centrarmos-nos em um debate historiográfico que tem por principal motivação pensar a aplicabilidade da documentação medieval para os estudos relacionados aos antigos. Seriam os textos medievais irlandeses ‘janelas’ para a Idade do Ferro?

SÃO JORGE: O DRAGÃO E O PODER DO SINAL-DA-CRUZ

Priscila G. Falci - UFRJ

Nessa comunicação, trabalharemos parte da pesquisa desenvolvida no mestrado do Programa de Pós-graduação em História Comparada, entre 2006 e 2008, intitulada “Os martírios na construção de santidades *gendereficadas*: uma análise comparativa dos relatos da Legenda Áurea”, sob orientação da Prof. Dra. Andréia C.L. Frazão da Silva.

A LA, compilada pelo dominicano genovês Jacopo de Voragine, é uma hagiografia cujos capítulos apresentam biografias de pessoas consideradas veneráveis, abrangendo a trajetória de um ou mais personagens. A data de produção da primeira redação foi situada por alguns estudiosos em meados da década de 60 do século XIII. Destacamos que, nesse momento, os hagiógrafos valorizavam o ascetismo e as cenas martiriológicas, ambos explorados pelo compilador nas narrativas que compõem a obra, dentre as quais analisaremos de São Jorge.

Inicialmente, pensaremos acerca dos significados do martírio, para, a seguir, analisar o capítulo escolhido. Dentre os elementos destacados para estudo encontram-se a posição social do personagem, as ações diante da possibilidade do martírio e dos seus alçozes, a existência ou não de milagres, e o significado do sinal-da-cruz. A partir dessa análise será feita a investigação acerca das relações existentes entre a construção de martírio e a de gênero.

DOS EVANGELHOS, DOS SENTIDOS, DAS MATÉRIAS, DE OUTRAS TANTAS COISAS E DO TEMPO. A DIVINA QUATERNIDADE DE RAOUL GLABER

Rafael José Bassi - UFPR

Raoul Glaber (nascido na Borgonha em 985 e falecido por volta do ano de 1047) foi um monge cronista historiador de seu tempo, o entorno do Ano Mil. Escreveu duas obras: a Vida de Guilherme de Volpiano e as suas Histórias. Seus escritos são considerados as fontes mais importantes para o estudo sobre o período. Ligado à ordem de Cluny, escreveu sobre o período que vai do ano 900 até 1044. Sua obra, principalmente os livros de Histórias, têm uma perspectiva escatológica; considerando o ano de 1033 como o aniversário de morte de Cristo um sinal do final dos tempos. Fora esse tema bastante recorrente da historiografia que o estuda, podemos notar vários traços da política da época que estão presentes nas linhas de suas Histórias. Este trabalho demonstra, de forma inicial, a idéia da Divina Quaternidade, que se encontra logo no início de seus escritos, onde o historiador traz várias idéias, que variam das denominações das virtudes até o entendimento do tempo, a partir dessa divisão quaternária das coisas. Assim, exporemos o conceito de Quaternidade e a forma de pensamento temporal deste monge do século X.

O OLHAR DA IGREJA “SOBRE” O JUDAÍSMO A PARTIR DA ORATIO SVPER CONVERTENTE IVDEO, DA LITURGIA MOÇÁRABE

Raphael de Siqueira David - UFF

Se, como diz um antigo adágio cristão, “*lex orandi, lex credendi*”, a partir das orações litúrgicas é possível apreender o olhar da Igreja sobre si mesma e a sua postura diante das realidades da sociedade na qual está inserida. O *Liber Ordinum*, um Ritual em uso na Igreja visigótica e moçárabe da Espanha do século V ao XI, constitui uma importante fonte das orações litúrgicas do rito moçárabe. Nesse Ritual, dentre os ritos de penitência e reconciliação, encontramos a *Oratio super convertente iudeo*, com a qual a Igreja ora pelo judeu que se converte ao cristianismo.

Evocando elementos de tensão entre o cristianismo e o judaísmo – como a divindade de Jesus e a prática da circuncisão – e contrapondo uns a outros, por exemplo: *teter fetor Sinagoge x bonus odor Christi*, a prece intenta preparar espiritualmente o novo fiel para que ele seja recebido no seio da Igreja

e ut quem ignorabat in lege, fide eruditus agnoscat. No âmbito dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisas “*Translatio Studii – Dimensões do Medievalo*”, o presente trabalho propõe uma análise semântica dessa prece, buscando alcançar a visão da Igreja da Espanha, na Alta Idade Média, sobre a religião “da Sinagoga” (*Sinagoge*) e sobre o judeu que se converte.

SANTOS E GUERREIROS: TENDÊNCIAS E CONFLUÊNCIAS NA INGLATERRA ANGLO-SAXÔNICA (SÉCULOS VII-VIII)

Renato Rodrigues da Silva – UFF

A presente comunicação está relacionada ao desenvolvimento de uma dissertação de mestrado cujo objetivo é analisar a formação da classe social conhecida genericamente como aristocracia. Nesta apresentação, investiremos sobretudo no estudo das relações entre os campos eclesiásticos e leigos deste setor social, evidenciando os aspectos convergentes dos mesmos, tentando evidenciar como estes setores são interconexos e interdependentes, retroalimentados a partir da imersão em um sistema de poder e dominação social que é fundamental para a produção e reprodução destes estratos.

Nossa exposição seguirá tentando evidenciar como para uma prática historiográfica que busque de fato ser parte da História Social, a medievalística deve recuperar o debate acerca das classes sociais, que no recorte por nós proposto, parecem fazer confluir santos e guerreiros.

Para tal empreitada, nos utilizaremos como fontes as Vidas de Cuthberto, Ceolfrido, Wilfrido, a Vida dos Abades de Wearmouth e Jarrow; também utilizaremos a compilação de leis conhecida como Anglo-Saxon Dooms e a narrativa de cunho épico Beowulf, além de alguns dados retirados de escavações arqueológicas.

A HEGEMONIA PENINSULAR VISIGODA À LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA ELITE ECLESIÁSTICA

Rita de Cássia Damil Diniz - UFRJ

Objetivamos neste trabalho refletir sobre o discurso acerca da História produzido no reino visigodo, considerando dois eixos principais: a relação entre as singularidades/especificidades presentes nos enunciados dos vários documentos eclesiásticos de cunho histórico e as oscilações políticas da referida conjuntura; e a emergência de uma identidade/alteridade visigoda, baseada em representações coletivas. No que tange o primeiro ponto, privilegiaremos o conjunto de elementos estruturados de um grupo ou comunidade sobre sua trajetória no tempo, incluindo-se então aspectos selecionados, reinterpretados ou inventados e moralizantes, aspectos estes modificados de acordo com as situações histórico-sociais, no sentido de organizar uma consciência social arquitetada a partir de um esforço institucional. Paralelamente, temos, com relação ao segundo ponto, o desenvolvimento de processos identitários baseados, sobretudo, em esquemas relacionais em que choques da ordem da representação e classificação são evidenciados.

Para tal, usaremos as obras de caráter historiográfico produzidas por destacados membros da elite eclesiástica no período entre a segunda metade do século VI e o fim do século VII: Juan de Biclara, Isidoro de Sevilha, Ildefonso de Toledo e Julian de Toledo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAVALEIRO MALVADO, SEGUNDO RAMON LLULL (SÉCULO XIII)

Roberto Nascimento Córdia – Estácio de Sá

Esta comunicação tem por objetivo discutir o entendimento de *cavaleiro malvado* proposto na obra “O Livro da Ordem de Cavalaria”, escrita por Ramon Llull no século XIII.

Apresentaremos abordagens sobre este tema através da análise das seis partes divididas em capítulos que descrevem as incumbências e valores do bom cavaleiro, desde o momento em que o escudeiro almeja entrar para a ordem da cavalaria, o seu surgimento e a nobreza do seu ofício. Não obstante, abordaremos as colocações de Ramon Llull entre o bom cavaleiro e o *cavaleiro malvado* mediante as suas contundências ao comportamento do cavaleiro que não segue os preceitos de sua

ordem, a qual acreditava que estes homens beneficiariam positivamente a sociedade da época perante uma vida honrada e virtuosa.

A escolha deste tema foi no tocante de observar elementos por um prisma menos tratado, em detrimento aos estudos do chamado bom cavaleiro. Escolhi, para tal fim, trabalhar a obra de Ramon Llull, pois esta está diretamente relacionada ao modelo de cavaleiro o que nos permite reconhecer, de certa forma, o *cavaleiro malvado* como uma classe distinta e desprezada.

HAGIOGRAFIAS ALTOMEDIEVAIS HISPÂNICAS: SUA UTILIZAÇÃO COMO DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Rodrigo Ballesteiro Pereira Tomaz – UFRJ

Graduando de História e bolsista PIBIC, orientando da professora Leila Rodrigues da Silva, estou vinculado à pesquisa geral por ela desenvolvida sobre a produção intelectual eclesiástica nos reinos germânicos. Dentro desta, desenvolvo meus estudos acerca da utilização do discurso hagiográfico como instrumento de cristianização de estratos camponeses da população hispânica no século VII.

Textos produzidos em sua maioria por membros da hierarquia eclesiástica, as hagiografias e, em especial, as vidas de santo eram obras para serem lidas em voz alta para uma grande quantidade de fiéis. Eram escritas em uma narrativa simples e de fácil acesso, buscando alcançar mais facilmente àqueles reconhecidos como “rústicos”. Conformando um gênero textual repleto de regras estilísticas, padrões e elementos retóricos, podem proporcionar uma diversa gama de informações ao historiador acerca do contexto no qual foram redigidos, mesmo que esta não seja a intenção inicial de seus produtores. Nesta comunicação pretendo discutir as capacidades de utilização de documentos hagiográficos pela pesquisa histórica, combinando autores consagrados que trabalham o assunto com minhas próprias contribuições ao tema.

A CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA NAS CRÔNICAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS: FERNÃO LOPES E O CONTEXTO DOS SÉCULOS XIV E XV

Rodrigo Barbosa Schiavinato - UFPR

Nossa análise neste trabalho possui enquanto problemática o contexto tardo medieval da Península Ibérica no período em que viveu Fernão Lopes, cronista oficial do rei D. Duarte (1433 – 1438). Lopes historiou feitos dos monarcas anteriores a seu período escrevendo as crônicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João. O contexto do cronista foi marcado pela centralização política e administrativa do reino de Portugal e, de um modo mais geral, pelo desfecho da guerra dos Cem anos que obteve como protagonistas os reinos da França e da Inglaterra. Nossa fonte principal na pesquisa é a crônica do rei D. Pedro I, monarca que governou de 1357 a 1367. Estes escritos foram concluídos por volta de 1434 exaltando as particularidades jurídicas deste rei. Formada por uma hibridização documental, narrativa e folclórica, esta crônica revela uma pesquisa histórica de acordo com as particularidades da época e ultrapassam a simples análise do reinado de Pedro I, pois serviram como instrumento político a serviço da Dinastia de Avis, a qual o rei D. Duarte foi o segundo a governar. Utilizando como referencial metodológico a História Política, nosso objetivo neste trabalho consistirá na análise da crônica para procurar compreender a construção histórica do personagem D. Pedro I e os motivos pelos quais este rei foi caracterizado como justiceiro. Para isso, é necessário analisar as relações de poder do período do cronista, os motivos que o levaram a escrever as crônicas, qual o público a que foram destinadas, determinar os conceitos utilizados e a influência da ideologia do período na interpretação de suas fontes.

O INSTITUTIONUM DISCIPLINAE E AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS PRESENTES NO EPISTOLÁRIO DE BRÁULIO DE SARAGOÇA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE COMPARADA

Rodrigo dos Santos Rainha – UFRJ

A educação no reino visigodo foi tema de nossa dissertação de mestrado. Nesta, a partir de abordagens contemporâneas sobre a compreensão de educação, observamos a formação de um

sistema apoiado nas relações de mestre e discípulo envolto nas relações de poder na primeira metade do século VII na Península Ibérica. Para tal proposição utilizamos documentos relacionados ao bispo Bráulio de Saragoça, em especial o conjunto de suas cartas.

Para o doutorado, em curso, é necessário ampliar esta abordagem, isto influencia na busca e compreensão de documentos até então não analisados. Nesta perspectiva, discutiremos o *Institutionum Disciplinæ*, texto cuja origem da sua produção ainda não é assunto resolvido. Buscaremos estabelecer comparações entre a sua proposição pedagógica e a veiculada no epistolário de Bráulio de Saragoça.

USANDO OS MILAGRES NA ANÁLISE DO CONHECIMENTO. UMA QUESTÃO DE GUILHERME CRATHORN

Rodrigo Guerizoli - UFRJ

Pertencente à primeira geração de autores oxifordianos compelidos à recepção (crítica ou, menos freqüentemente, apologética) do pensamento de Guilherme de Ockham (c. 1285-1347), o dominicano inglês Guilherme Crathorn (fl. 1330) encerra em sua obra uma série de características interessantes para a análise histórico-filosófica do contexto intelectual do século XIV; por exemplo: i) a defesa de uma ontologia notadamente nominalista aliada à crítica de numerosos aspectos da epistemologia ockhamiana, ii) a freqüente referência, em geral solícita, a Tomás de Aquino (“o nosso doutor”) por um viés interpretativo no entanto conscientemente original e amiúde surpreendente e iii) o tratamento de tópicos, como a possibilidade de um Deus enganador, que se tornariam moeda comum nos subseqüentes engajamentos caros à moderna filosofia da consciência. Vários desses aspectos da obra de Crathorn tornam-se visíveis na questão “*Se é possível ao peregrino através de sua luz natural um conhecimento evidente dos artigos de fé*”, que encabeça seu comentário ao primeiro livro das *Sentenças* de Pedro Lombardo, texto-base de sua atividade docente em Oxford em c. 1330-1332. Em nossa comunicação buscaremos mapear e analisar o papel atribuído pelo dominicano aos milagres, bíblicos e dogmáticos, nas discussões em torno aos limites do conhecimento humano levadas a cabo na referida questão. Verificaremos que, de um modo assaz insólito, tais fenômenos se tornam fundamentais à tentativa da demarcação, por parte de Crathorn, tanto das possibilidades quanto dos limites do saber humano.

O MATRIMONIO NO SÉCULO XIII: DO IV CONCÍLIO DE LATRÃO AO DE TRENTO

Rosângela Santos - UFG/Campus Catalão

Este trabalho propõe compreender um pouco sobre a história do casamento a partir do IV Concílio de Latrão ao de Trento, enfatizando os casamentos de benção e de juras em Portugal. A partir daí se propõe analisar as várias etapas do matrimônio até se ele vir a se tornar um sacramento. No início da cristandade, a maioria dos padres da Igreja não aprovavam o casamento, a união dos casais e a celebração das núpcias se conservaram apenas como atos domésticos nos quais não havia intervenção do Clero. Foi somente no século XII que os adeptos do matrimônio prevaleceram, gerando uma afirmação da sacramentalização do matrimônio que se firma nos séculos XII e XIII apesar de uma série de dificuldades e imposições. O principal objetivo do trabalho consiste em especificar as etapas que o matrimônio obteve até se tornar um sacramento, evidenciando também como eram realizados os casamentos durante o século XIII. A pesquisa partirá de uma revisão bibliográfica para entender o processo pelo qual o matrimônio se tornou um sacramento. Para isso utilizarei o Cãnone 51 do *Conciliorum Decumenicorum Decreta*, o livro das Leis e Posturas onde contem as leis relacionadas ao casamento de benção e casamento clandestino. Fazendo uma discussão entre os seguintes autores: Georges Duby, Will Durant, Humberto Boquero Moreno e Ronaldo Vainfas. A fim de estabelecer o casamento como uma união matrimonial de cunho religioso que passa a ser amplamente disseminado no século XIII.

OS JUDEUS E AS LEIS SUNTUÁRIAS NAS CORTES CASTELHANAS DO SÉCULO XIII

Samara Cristina Zupeli - UFES

No decorrer do século XIII a política seguida pelos reis de Castela em relação à comunidade judaica começa a se deteriorar. A situação dos judeus que viviam sob a coroa castelhana ficava cada vez mais difícil à medida que as Cortes se reuniam e deliberavam ordenamentos para regular a vida das aljamas. Esses ordenamentos eram conseqüência de petições levadas as Cortes pelos representantes das localidades castelhanas ou por membros da Igreja. No que diz respeito aos judeus, os ordenamentos enfatizavam a condição minoritária dos judeus e mostrava o desejo cristão de manter as suas identidades separadas. Um dos artifícios usados para manter essa diferenciação eram as leis suntuárias. Esse tipo de lei descrevia basicamente o que era ou não permitido vestir, tanto com o intuito de controlar o luxo e o esbanjamento judaico, como para diferenciá-los dos cristãos através de trajes que os identificassem. Judeus não podiam se trajar como cristãos, garantindo assim uma distinção legitimada por uma legislação que enfatizava sempre uma hierarquia das condições que deveria ser seguida. A presente comunicação se propõe então à analisar as leis suntuárias promulgadas nas Cortes castelhanas do século XIII e seu propósito em ser destinada aos judeus.

A MULHER E A LEGISLAÇÃO LAICA PORTUGUESA NO QUATROCENTOS

Sooraya Karoan Lino de Medeiros - USP

O poder real determinava condutas e comportamentos, hábitos e costumes, estabelecendo uma ordem normativa na vida cotidiana dos súditos. Essas normas podem ser identificadas com a teoria jurídica elaborada pela cultura política, desta forma a legislação laica constitui um campo privilegiado para o estudo da condição social feminina, pois na administração da justiça, os procedimentos retóricos produziam decisões, acontecimentos, que por sua vez determinavam aspectos importantes da vida das mulheres, como a disposição de seus bens ou a remissão de um crime.

O objetivo central que orientava a legislação produzida pelo direito português era a consolidação das tentativas reais de reunir o poder em suas mãos e fortalecer a sua posição como cabeça do reino. E não podemos compreender o significado do papel jurídico conferido às mulheres desvinculando-o desse processo, pois era em meio à luta entre o poder régio e o senhorio e a partir dos interesses envolvidos nestes embates que as demandas femininas eram julgadas.

Na sociedade medieval portuguesa, a tradição jurídica e política outorgavam diferentes papéis ao feminino, que não se resumiam a restringir a mulher ao espaço privado. Essas mesmas tradições conheciam e aceitavam mulheres rainhas e senhoras de terras que exerciam jurisdição, de maneira que a legislação portuguesa concedia às mulheres os dispositivos legais que permitiam manutenção de seus interesses.

LUTERO E A AUTORIDADE SECULAR

Tamiris Alves Muniz – UFG/ Campus Catalão

O presente trabalho é resultado dos estudos que tenho realizado em torno da pessoa e obra do reformador alemão Martinho Lutero (1483-1548), a partir da minha participação em um projeto de Iniciação Científica e do meu trabalho de conclusão de curso em História. A pesquisa tem como objetivo analisar a concepção política de Lutero e a importância do mesmo, para a sociedade de sua época e para a própria modernidade. A fonte para este estudo é o livro *Sobre a autoridade secular*, escrito por Lutero no ano de 1523. Nesse escrito Lutero defende a existência do poder e do direito secular, colocando que os mesmos são necessários e existem no mundo por vontade e ordem de Deus. Metodologicamente, recorreremos às contribuições da História das Idéias, para a análise do pensamento de Lutero, pensamento que – entendemos – é religioso, mas também político. Para esta análise, fez-se necessário estabelecer um diálogo com a Idade Média, especialmente com pensadores como Santo Agostinho e Guilherme de Ockham, cujos pensamentos influenciaram a vida e a obra de Lutero. Compreende-se que não há uma separação nítida entre a Idade Média e a Idade Moderna, visto que ocorreu um processo contínuo de transformações nestas sociedades, que são efetuadas em ritmos

diferentes e abrange os diversos setores da sociedade ocidental, de maneira que, os valores medievais ainda foram muito presentes no início da sociedade moderna, influenciando o modo de vida e a crença religiosa de muitas pessoas desse período, inclusive de Lutero.

CIVILIZAÇÃO E CRISTIANISMO MEDIEVAIS: UM ESTUDO SOBRE O NASCIMENTO DA EUROPA NA VISÃO DE CHRISTOPHER DAWSON

Tarcísio Amorim Carvalho - UFRJ

Christopher Dawson (1889-1970), historiador inglês, dedicou-se a pesquisar a relação entre o cristianismo e as raízes da Europa contemporânea. Em *The Making of Europe*, de 1932, o autor analisa a formação de uma civilização européia na Idade Média composta por quatro elementos, que ele denomina como: a tradição política do Império Romano, a tradição religiosa da Igreja Católica, a tradição intelectual da literatura clássica e as tradições nacionais dos povos bárbaros. No âmbito de uma historiografia aliada às ciências sociais, Dawson pautou suas idéias na crítica à secularização, acentuada na Era Vitoriana, e na oposição à perspectiva que coloca o Estado como o centro das análises sociológicas.

Nesta comunicação abordaremos as idéias de Dawson sobre o nascimento da Europa, considerando as transformações políticas e intelectuais da Inglaterra e da Europa no final do século XIX e no século XX.

O MONGE BÊBADO: DIABO, MONACATO E PECADO NA PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XIII

Thalles Braga Rezende Lins da Silva - UFRJ

Esta comunicação pretende apresentar algumas conclusões parciais sobre o nosso projeto monográfico, desenvolvido sob orientação da professora Andréia Frazão. Este trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade, no qual atuamos, desde abril de 2009, como bolsista IC financiado pela FAPERJ.

Nosso objetivo é analisar um discurso sobre a moral monástica, destacando de que maneira ele se vale de figuras sobrenaturais, principalmente o Diabo, para instruir sobre o que seria a conduta mais adequada para um religioso. Para tanto, trabalharemos com o texto *El monje borracho*, milagre número XX da obra *Milagros de Nuestra Señora*, escrito por volta de 1260, no reino de Castela, atual Espanha. O autor desta obra, Gonzalo de Berceo, era membro do clero, mas também formado na Universidade de Palência. É considerado o primeiro autor literário castelhano conhecido e suas obras se caracterizavam pelo apelo didático junto aos fiéis cristãos.

Além disso, para que nosso objetivo possa se realizar de maneira mais proveitosa, lançaremos um olhar sobre o contexto de produção do texto e o lugar social do autor. Esperamos poder mostrar de que maneira este discurso se relaciona com as sociedades e culturas da península ibérica e da Europa na Idade Média central.

ORDO PENITENTIE: LEITURA DE UM RITO PENITENCIAL DA LITURGIA VISIGÓTICA

Thiago da Silva Pinheiro - UFF

Como parte dos trabalhos de estudos do Grupo de Pesquisas "*Translatio Studii* - Núcleo Dimensões do Medievo (História, Língua e Filosofia)", vinculado à Universidade Federal Fluminense - UFF, e sob orientação da Prof^a Dr^a Livia L. P. Barreto, a presente comunicação tem por objetivo principal fazer uma leitura de um Rito Penitencial específico que integra a obra *Liber Ordinum* - uma compilação, feita pelo monge beneditino Marius Férotin, de Ritos da Igreja Visigótica da Espanha em uso nos séculos V ao XI, quando foram substituídos pelo ritual romano. O texto escolhido, *Ordo Penitentiae*, é um ritual de penitência destinado aos enfermos que o solicitam. A leitura proposta toma por base uma tradução comentada e uma análise da estrutura constituinte do Ritual, incluindo as orações e as rubricas; estas são importantes na medida em que determinam o desenvolvimento do ritual, incluindo os gestos, os símbolos, o momento em que as orações devem ser pronunciadas e até mesmo as partes variáveis segundo a condição física do *famulus egrotus*. O trabalho ainda se propõe a

um estudo semântico, levando em consideração os referenciais textuais predominantes no texto, a fim de determinar eventuais traços da cultura e da sociedade da época.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECRETAL *EXIVI DE PARADISO* DE CLEMENTE V: A REGRA FRANCISCANA SOB O PRISMA PAPAL

Verônica Aparecida Silveira Aguiar - USP

A presente comunicação tem por objetivo fazer um exercício de análise da Decretal *Exivi de paradiso* de Clemente V (1305-1314) promulgada no dia 6 de maio de 1312 no Concílio de Vienne. O principal propósito desta bula foi esclarecer as “*dubia* (pontos duvidosos)” da Regra Franciscana de 1223. Nesta Carta, o Papa Clemente V estabeleceu definições jurídicas mais precisas e usou maiores detalhes, outorgando uma interpretação distinta entre o que era necessário e o que não era necessário para a vida dos frades a fim de resolver os conflitos internos da Ordem Franciscana e pacificar as conflitantes relações entre os frades. Na verdade, era uma tentativa de resolver e conciliar as divergências entre a Comunidade e os Espirituais franciscanos acerca de diversos pontos da norma, inclusive no tocante a pobreza. Assim, a Decretal instituiu que os frades não eram obrigados a seguir todos os conselhos evangélicos, mas somente aqueles expressos na Regra. No entanto, Clemente V organizou por meio de sutilezas jurídicas uma distinção entre o que era preceito, exortação ou admoestação e o que deveria ser obrigatório. Além de explicitar os abusos de alguns conventos franciscanos e como estes deveriam ser corrigidos. Como nos aponta o medievalista italiano Grado Merlo, assim como outros pronunciamentos pontifícios acerca da Regra, a interpretação jurídica de Clemente V não resolveu os problemas internos da Ordem franciscana. Contudo, o mérito da *Exivi de paradiso* não estaria só no estilo curial e escolástico, mas no fato de não esconder os problemas da Ordem no início do século XIV e de chegar a definições mais precisas a respeito dos comportamentos enumerados com clareza na Carta pontifícia.

GREGÓRIO DE TOURS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NA GÁLIA MEROVÍNGIA

Verônica da Costa Silveira - USP

Gregório de Tours foi o autor dos *Decem Libri Historiarum*, ou Dez Livros de Histórias, talvez o mais relevante documento para o estudo da Gália quando governada pela dinastia franca dos merovíngios. O bispo de Tours apresenta uma perspectiva pragmática acerca da escrita da história, pragmatismo este intimamente relacionado com os eventos políticos do *Regnum Francorum*, muitos dos quais Gregório de Tours não só testemunhou como atuou de modo decisivo. Nesse texto ocupar-nos-emos em analisar a função outorgada por Gregório as suas histórias em um momento entendido pelo bispo como crucial para o futuro do Reino dos francos.

O PURGATÓRIO NA IDADE MÉDIA

Vinício Costa Zebende - UFRJ

O objetivo deste trabalho é a análise do surgimento do ideal a respeito do Purgatório, o terceiro estamento referente ao além durante o século VIII, tentando explanar sua importância para estruturação do cristianismo nas Ilhas Britânicas através de alguns aspectos culturais abordados pelo monge bretão Beda. O aparecimento do Purgatório como estrutura geográfica passa a influenciar o aumento do poderio da Igreja na Idade Média, na medida em alerta aos grupos recém cristianizados sobre a possibilidade da salvação eterna.

Desta forma, o trabalho discute o papel do Purgatório no contexto de fundamentalização do cristianismo nas Ilhas Bretãs, a partir da *Historia Eclesiástica do Povo Inglês* de Beda.

Comunicadores e comunicações:

1. **Adriana Conceição de Sousa** (UFRJ) - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A HISTORIA WAMBÆ, DE JULIAN DE TOLEDO (SÉC. VII)
2. **Alessandra dos Santos Ferreira** (UFG) - A VIDA DE SANTA CLARA DE ASSIS NO MOSTEIRO DE SÃO DAMIÃO. UM ESTUDO DO PROCESSO DE CANONIZAÇÃO DE SANTA CLARA DE ASSIS (1255)
3. **Alex da Silveira de Oliveira** (UFRJ) - A RELAÇÃO ENTRE O EPISCOPADO E O MONACATO VISIGODOS NO SÉCULO VII
4. **Alinde Gadelha Kühner** (UFRJ) - REPRESENTAÇÕES DO MAL E DO DIABO NO SÉCULO XIII: SÃO BRANDÃO, SÃO LOURENDO E SANTA PERPÉTUA CONTRA O DIABO
5. **Almir Marques de Souza Junior** (UFF) - AS DUAS FACES DA REALEZA DE CASTELA NO SÉCULO XIII
6. **Amanda Pereira Dias** (USP) - OS MOÇÁRABES NA REGIÃO DE AL-ANDALUZ: CONFLITOS ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS
7. **Ana Carolina Delgado Vieira** (USP) - “USURPAÇÃO OU LEGITIMIDADE?” A POSTURA DOS DISCURSOS CRONÍSTICOS E A EXALTAÇÃO RÉGIA NOS REINOS DE CASTELA E PORTUGAL
8. **Ana dos Anjos Santos** (UFRJ) - UM OLHAR SOBRE O OUTRO: UMA ANÁLISE DO RELATO DO FREI JOÃO DE PLANO DE CARPINE SOBRE A RELIGIÃO E A RELIGIOSIDADE DO POVO MONGOL
9. **Ana Paula Lopes Pereira** (UFRJ) - CARIDADE, AFFECTUS E AMIZADE ESPIRITUAL NA ANTROPOLOGIA CISTERCIENSE
10. **André Guimarães Mesquita** (UFRJ) - TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: A FLAGELAÇÃO DE CRISTO DE ANDREA MANTEGNA (C.1431-1506)
11. **Andréa Silva da Costa** (UFRJ) - BÍBLIA MEDIEVAL PORTUGUESA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNESIS
12. **Anna Beatriz Esser dos Santos** (UFRJ) - OS CONTOS DA CANTUÁRIA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM GEOFFREY CHAUCER
13. **Antonio Fernando Cordeiro Guedes Junior** (UFPB) - A ORDEM DE CRISTO E A AFIRMAÇÃO DO PODER RÉGIO PORTUGUÊS
14. **Antonio Marcos Gonçalves Pimentel** (UFF) - A MORFOSSINTAXE LATINA NA (RE)CONSTRUÇÃO DA CRUZ CRISTÃ
15. **Bianca Regina de Oliveira** (UFRJ) - MITO À LUZ DOS FATOS: DIETRICH VON BERN COMO MODELO DE PODER NA LITERATURA MEDIEVAL
16. **Bruna Cruz Baptista** (Gama Filho) - A IMPORTÂNCIA DA IMAGEM NA IDADE MÉDIA E O FENÔMENO DA SANTIDADE
17. **Bruno de Melo Oliveira** (UFF) - A BATALHA DE COVADONGA: DISCUTINDO AS ORIGENS DA RECONQUISTA
18. **Bruno dos Santos Silva** (UFRJ) - INVESTIGAÇÕES SOBRE O LIVRO CABALÍSTICO ZOHAR
19. **Bruno Garcia Mendes** (UFRJ) - CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIABO NA VIDA DE SÃO EMILIANO
20. **Bruno Gonçalves Álvaro** (UFRJ) - OS ESTATUTOS DOS SÍNODOS CALAGURRITANOS E AS REPRESENTAÇÕES DA SANTIDADE EM CASTELA NO SÉCULO XIII: UM PROBLEMA E UMA QUESTÃO
21. **Bruno Marconi da Costa** (UFRJ) - A ATUAÇÃO DA BURGUESIA NOS CONCELHOS MUNICIPAIS NO REINADO DE D. DINIS
22. **Bruno Soares Miranda** (USP) - PEREGRINAÇÃO E PODER RÉGIO EM NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

23. **Bruno Uchoa Borgongino** (UFRJ) - O CORPO E O PODER DO ABADE SOBRE OS MONGES NO MONACATO VISIGODO: O CASO DA REGULA ISIDORI (615-620)
24. **Carla Correia Gonçalves** (UFRJ) - A BRUXA DE WAPPING: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL
25. **Carolina Coelho Fortes** (UFF) - A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ORDEM DOS PREGADORES NO SÉCULO XIII
26. **Carolina Viana Machado** (UFRJ) - REPRESENTAÇÕES DA MULHER MEDIEVAL PORTUGUESA NO TEATRO VICENTINO
27. **Celia Daniele Moreira de Souza** (UFRJ) - A SEXUALIDADE NO ISLÃ CLÁSSICO ATRÁVES DE NAFWAZI EM “CAMPOS PERFUMADOS” (SÉC. XV)
28. **Daniel Augusto Arpelau Orta** (UFPR) - QUE FAÇAMOS HUA COUSA QUE SE COMEÇEE E ACABE PÓR NOS MESMOS. HIERARQUIA, PODER E EXEMPLO NA CRÔNICA DE ZURARA (SÉC. XV)
29. **Daniel Tomazine Teixeira** (UFF) - ENQUADRAMENTO DA POBREZA: ASSISTENCIALISMO E REPRESSÃO ESTATAL EM PORTUGAL BAIXO MEDIEVAL
30. **Denise da Silva Menezes do Nascimento** (USP) - A QUERELA DOS CORREGEDORES NO REINADO DE D. JOÃO II
31. **Dimas Vieira de Almeida Ferreira** (UFRJ) - A FIGURA DO DIABO NA VIDA DE SÃO BARTOLOMEU DA LEGENDA ÁUREA
32. **Diogo dos Santos Silva** (UFRJ) - POESIA E ASCETISMO NA ERA ABÁSSIDA
33. **Diogo Luiz Lima Augusto** (UFRJ) - “ARS ARTIUM, REGIMEN ANIMARUM”: A REATUALIZAÇÃO DO REGIMEN MEDIEVAL NOS DISCURSOS SOBRE A MORTE ENTRE OS JESUÍTAS (IMPÉRIO PORTUGUÊS – SÉCULOS XVI A XVIII)
34. **Douglas Gonçalves de Souza** (UFF) - ORATIO PRO VESTIMENTIS: UMA ANÁLISE LINGÜÍSTICA DE RITUAIS DO LIBER ORDINUM
35. **Douglas Mota Xavier de Lima** (UFF) - UM DIPLOMATA EM BUSCA DE UM GRANDE SONHO OCIDENTAL: UMA REPRESENTAÇÃO DE D. PEDRO NO LIBRO DEL INFANTE D. PEDRO DE PORTUGAL
36. **Eduardo Francis Gomes da Silva** (UFRJ) - “PARTIREMOS COM A GRAÇA DE DEOS” – A CAVALARIA NO MEDIEVO PORTUGUÊS
37. **Eduardo Luiz de Medeiros** (UFPR) – SIMON DE MONTFORT E A FIGURA DO VASSALO PERFEITO NA OBRA HISTOIRE ALBIGEOISE DE PIERRE DES VAUX DE CERNAY
38. **Elza Aparecida Feliciano** (UFF) - A NOÇÃO DE DUPLA ORDEM DE VERDADES SEGUNDO TOMÁS DE AQUINO NA SUMA CONTRA OS GENTIOS
39. **Fernanda Cristina Lima de Oliveira** (UFF) – UMA VISÃO TOMISTA SOBRE O MODO DE ENTENDER DAS SUBSTÂNCIAS PURAMENTE ESPIRITUAIS E DA ALMA SEPARADA DO CORPO
40. **Flávia Rocha do Nascimento** (UFRJ) - DE MILIS CHRISTI: SÃO BERNARDO E O MODELO DE CAVALEIRO TEMPLÁRIO
41. **Francisco de Souza Gonçalves** (UERJ) - A CÓPULA DO FEMININO E DO DIABÓLICO NA LITERATURA MEDIEVAL: OS GERMENS DO ESTEREÓTIPO DA BRUXA EM A DEMANDA DO SANTO GRAAL
42. **Gabriela da Costa Cavalheiro** (UFRJ) - DE RIGMEL, HERSELOT E OUTRAS DAMAS ANGLO-NORMANDAS: ALGUMAS NOTAS SOBRE O CORPO FEMININO NO ROMAN DE HORN (1170)
43. **Giovanna Marina Giffoni** (UFF) - QUANDO A ÁGUA E O VINHO SE MISTURAM: O SAGRADO E O PROFANO NA POESIA ÁRABE MEDIEVAL
44. **Gisela Monzato do Couto** (UNIRIO) - O MILAGRE RENEGADO. REPRESENTAÇÃO RÉGIA E PODER DE CURA NA PENÍNSULA IBÉRICA: O GOVERNO DE AFONSO X ATRÁVES DAS CANTIGAS DE SANTA MARIA

45. **Guilherme Antunes Júnior** (UFRJ) - MARIOLOGIA MEDIEVAL: AMOR E PODER NOS SERMÕES DE BERNARDO DE CLARAVAL
46. **Guilherme Marinho Nunes** (UFRJ) - “A VIA MAIS ESTREITA E DIFÍCIL”: EREMITISMO E SANTIDADE NA CONCEPÇÃO DE VALÉRIO DE BIERZO
47. **Henrique Marques Samyn** (UERJ) - APONTAMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NAS PASTORELAS GALEGO-PORTUGUESAS
48. **Hugo Ribeiro Nepomuceno** (UFRJ) - A EUCARISTIA NOS ESCRITOS DE FRANCISCO DE ASSIS NO SÉCULO XIII: UMA ANÁLISE DAS CARTAS AOS CLÉRIGOS, AOS CUSTÓDIOS E A TODA ORDEM
49. **Isabel Cristina Alves Martins** (UFRJ) & **Rosiane Graça Rigas Martins** (UFRJ) - ENTRE A LEI E A VONTADE: REFLEXÕES SOBRE GESTÃO PATRIMONIAL PELAS MULHERES NOS REINOS IBÉRICOS MEDIEVAIS
50. **Janira Feliciano Pohlmann** (UFPR) - O PODER DA ORATÓRIA PRESERVADO E DESEJADO NO DIÁLOGO ENTRE PAGANISMO E CRISTIANISMO DURANTE A ANTIGUIDADE TARDIA OCIDENTAL
51. **Joana Paula Pereira Correia** (UFES) - FELICIDADE E SUMO BEM NO COMBATE AO MANIQUEÍSMO DE AGOSTINHO DE HIPONA
52. **João Cerineu L. de Carvalho** (UFF) - ESTADO E PODER NO PORTUGAL AFONSINO DO SÉCULO XV
53. **João Vicente de Medeiros Publio Dias** (UFPR) - TIPOLOGIA ARISTOCRÁTICA BIZANTINA E A FORMAÇÃO DOS ARCHONTES KOMNENOI (SÉCULOS IX-XII)
54. **Jorge Gabriel Rodrigues de Oliveira** (UFRJ) - AS VIRTUDES DA REALEZA CASTELHANA NO DISCURSO JURÍDICO DO FUERO REAL
55. **Juliana Martins Silva** (UFG) - JULIANA, ÁGATA E ANASTÁCIA: SANTAS VIRGENS E MÁRTIRES NA OBRA LEGENDA ÁUREA
56. **Juliana Prata da Costa** (UFRJ) - AS ATAS DO VI CONCÍLIO DE TOLEDO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR
57. **Juliana Salgado Raffaelli** (UFRJ) - A PRIMEIRA CONVERSÃO E A LUTA CONTRA O DEMÔNIO NA VIDA DE VALÉRIO DO BIERZO
58. **Katiuscia Quirino Barbosa** (UFF) - A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA DE CAVALARIA A PARTIR DA DINASTIA DE AVIS: O MODELO DO LIVRO DA ENSINANÇA DE BEM CAVALGAR TODA SELA
59. **Láisson Menezes Luiz** (UFG) - D. DINIS E A CONCORDATA DE ONZE ARTIGOS: UMA PRIMEIRA TENTATIVA DE PACIFICAÇÃO COM O PODER ECLESIASTICO
60. **Letícia Sousa Campos da Silva** (UFF) - AS ESTRATÉGIAS PARA UM DISCURSO COMPORTAMENTALISTA EM DE GLORIA CONFESSORUM
61. **Luciana Mourão Maio** (UFF) - AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE MASCULINO/FEMININO NOS MOSTEIROS DA ESPANHA VISIGÓTICA
62. **Marcelo Fernandes de Paula** (UFRJ) - UM NO MEIO DE MUITOS, MAS UM ESPECIFICAMENTE: GALGANO DE GUIDOTTI DENTRE OUTROS VENERÁVEIS ITALIANOS DO SÉCULO XII
63. **Marcelo Pereira Lima** (UFF) - GÊNERO E PERSONA JURÍDICA: O CASO DO ADULTÉRIO NAS SIETE PARTIDAS DE AFONSO X (1252-1284)
64. **Marcos Abrahão** (Gama Filho) - A ORDEM DOMINICANA E A PALAVRA NO SÉCULO XIII: ESTUDO SOBRE O USO DA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DA CRISTANDADE APÓS A REFORMA GREGORIANA
65. **Márcia Gomes Fernandes** (USP) - O MESTRE DA DIPLOMACIA
66. **Maria de Nazareth Eichler Sant'Angelo** (FGV/CPDOC) - AS REPRESENTAÇÕES DE VILLANIA NA OBRA TEATRAL DO PADUANO ANGELO BEOLCO (1494-1542), O RUZANTE

67. **Marina Cavalcanti e Silva Neofiti** (USP) - O EXERCÍCIO DO PODER RÉGIO EM PORTUGAL (SÉCULO XIII)
68. **Marta de Carvalho Silveira** (UFF) - A FIGURA DO ESCRIVÃO PÚBLICO NA CONCEPÇÃO JURÍDICA DO FUERO REAL
69. **Michelle de Oliveira Santos** (UFRJ) - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIRGINDADE NO REINO VISIGODO
70. **Nathalia Agostinho Xavier** (UFRJ) - AS PRÁTICAS PAGÃS E O SEGUNDO CONCÍLIO DE BRAGA
71. **Nathália Cardoso Rachid de Lacerda** (UFRJ) - PECADO, VÍCIO E VIRTUDE NA ALTA IDADE MÉDIA A PARTIR DE DUAS OBRAS DE ISIDORO DE SEVILHA
72. **Neila Matias de Souza** (UFF) - CAVALARIA, EREMITISMO E SALVAÇÃO N' A DEMANDA DO SANTO GRAAL
73. **Nilcileia da Silva Rosário** (UFF) - A TEORIA DA REFERENCIAÇÃO NOS RITUAIS LITÚRGICOS DA IGREJA HISPÂNICA VISIGÓTICA
74. **Otávio Luiz Vieira Pinto** (UFPR) - ÁTILA, REI DOS MAGIARES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO RETÓRICO DOS HUNOS NA GESTA HUNGARORUM DE SIMÃO DE KÉZA (SÉC. XIII)
75. **Paulo Duarte Silva** (UFRJ) - CALENDÁRIO LITÚRGICO E AFIRMAÇÃO EPISCOPAL NO SÉC. VI: ROGAÇÕES, ASCENSÃO E PENTECOSTES NOS ESCRITOS DE CESÁRIO DE ARLES
76. **Paulo Henrique de Carvalho Pachá** (UFF) - RELAÇÕES PESSOAIS DE DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO: A DOMINAÇÃO NO ALTO-MEDIEVO IBÉRICO (SÉCS. VI-VIII)
77. **Paulo Roberto Parq Alves Pedreira** (UFRJ) - A PERCEPÇÃO VISIONÁRIA EM APOCALYPSIS CUM FIGURIS DE ALBRECHT DÜRER (1498)
78. **Paulo Vinicius Figueiredo dos Santos** (Gama Filho) - IBN KHALDUN E O MUÇULMANO PERFEITO
79. **Pedro Vieira da Silva Peixoto** (UFRJ) - [RE] DISCUTINDO AS DIFERENTES APLICABILIDADES DA DOCUMENTAÇÃO MEDIEVAL: O CASO DA IRLANDA
80. **Priscila G. Falci** (UFRJ) - SÃO JORGE: O DRAGÃO E O PODER DO SINAL-DA-CRUZ
81. **Rafael José Bassi** (UFPR) - DOS EVANGELHOS, DOS SENTIDOS, DAS MATÉRIAS, DE OUTRAS TANTAS COISAS E DO TEMPO. A DIVINA QUATERNIDADE DE RAOUL GLABER
82. **Raphael de Siqueira David** (UFF) - O OLHAR DA IGREJA "SOBRE" O JUDAÍSMO A PARTIR DA ORATIO SVPER CONVERTENTE IVDEO, DA LITURGIA MOÇÁRABE
83. **Renato Rodrigues da Silva** (UFF) - SANTOS E GUERREIROS: TENDÊNCIAS E CONFLUÊNCIAS NA INGLATERRA ANGLO-SAXÔNICA (SÉCULOS VII-VIII)
84. **Rita de Cássia Damil Diniz** (UFRJ) - A HEGEMONIA PENINSULAR VISIGODA À LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA ELITE ECLESIASTICA
85. **Roberto Nascimento Córdia** (Estácio de Sá) - CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAVALEIRO MALVADO, SEGUNDO RAMON LLULL (SÉCULO XIII)
86. **Rodrigo Ballesteiro Pereira Tomaz** (UFRJ) - HAGIOGRAFIAS ALTOMEDIEVAIS HISPÂNICAS: SUA UTILIZAÇÃO COMO DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA
87. **Rodrigo Barbosa Schiavinato** (UFPR) - A CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA NAS CRÔNICAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS: FERNÃO LOPES E O CONTEXTO DOS SÉCULOS XIV E XV
88. **Rodrigo dos Santos Rainha** (UFRJ) - O *INSTITUTIONUM DISCIPLINAE* E AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS PRESENTES NO EPISTOLÁRIO DE BRÁULIO DE SARAGOÇA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE COMPARADA
89. **Rodrigo Guerizoli** (UFRJ) - USANDO OS MILAGRES NA ANÁLISE DO CONHECIMENTO. UMA QUESTÃO DE GUILHERME CRATHORN

90. **Rosângela Santos** (UFG) - O MATRIMONIO NO SÉCULO XIII: DO IV CONCÍLIO DE LATRÃO AO DE TRENTO
91. **Samara Cristina Zupeli** (UFES) - OS JUDEUS E AS LEIS SUNTUÁRIAS NAS CORTES CASTELHANAS DO SÉCULO XIII
92. **Sooraya Karoan Lino de Medeiros** (USP) - A MULHER E A LEGISLAÇÃO LAICA PORTUGUESA NO QUATROCENTOS
93. **Tamiris Alves Muniz** (UFG) - LUTERO E A AUTORIDADE SECULAR
94. **Tarcísio Amorim Carvalho** (UFRJ) - CIVILIZAÇÃO E CRISTIANISMO MEDIEVAIS: UM ESTUDO SOBRE O NASCIMENTO DA EUROPA NA VISÃO DE CHRISTOPHER DAWSON.
95. **Thalles Braga Rezende Lins da Silva** (UFRJ) - O MONGE BÊBADO: DIABO, MONACATO E PECADO NA PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XIII
96. **Thiago da Silva Pinheiro** (UFF) - ORDO PENITENTIE: LEITURA DE UM RITO PENITENCIAL DA LITURGIA VISIGÓTICA
97. **Verônica Aparecida Silveira Aguiar** (USP) - CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECRETAL EXIVI DE PARADISO DE CLEMENTE V: A REGRA FRANCISCANA SOB O PRISMA PAPAL
98. **Verônica da Costa Silveira** (USP) - GREGÓRIO DE TOURS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NA GÁLIA MEROVÍNGIA
99. **Vinício Costa Zebende** (UFRJ) - O PURGATÓRIO NA IDADE MÉDIA

Coordenadores e mesas:

1. Alex da Silveira de Oliveira - UFRJ (Mesa 7: Monasticismo na Alta Idade Média)
2. Álvaro Alfredo Bragança Jr. - UFRJ (Mesa 20: Literatura Medieval)
3. Ana Paula Lopes Pereira - UFRJ (Mesa 2: Práticas pagãs e discurso eclesiástico)
4. Ana Paula Tavares Guimarães - USP (Mesa 3: Retórica medieval)
5. Antonio Marcos Gonçalves Pimentel - UFF (Mesa 6: Latinidade cristã na Antiguidade Tardia: testemunhos litúrgicos do *Liber Ordinum*)
6. Carolina Coelho Fortes - UFF (Mesa 5: Educação e religião na Idade Média)
7. Francisco José da Silva Gomes - UFRJ (Mesa 15: A cavalaria na Idade Média)
8. Gracilda Alves - UFRJ (Mesa 9: Agentes sociais: o cavaleiro, o burguês e a mulher e Mesa 13: Poder Régio e sociedade no medievo português)
9. Jaqueline Calazans - UFRJ (Mesa 21: Literatura e Islã medieval)
10. Jefferson Eduardo dos Santos Machado - UNIG - CUMSB (Mesa 19: A santidade medieval)
11. João Cerineu L. de Carvalho - UFF (Mesa 8: Relações de poder no Baixo Medievo)
12. José Costa D'Assunção Barros - UFRRJ (Mesa 10: Historiografia e documentos)
13. Marcelo Pereira Lima - UFF (Mesa 12: Gênero e poder na Idade Média)
14. Marcus da Silva Cruz - UFMT (Mesa 17: Península Ibérica na Alta Idade Média)
15. Maria Beatriz de Mello e Souza - UFRJ (Mesa 22: Arte e religiosidade na Idade Média)
16. Maria do Carmo Parente - UERJ (Mesa 1: Representações do diabo na Idade Média)
17. Mário Jorge da Motta Bastos - UFF (Mesa 14: A Península Ibérica em dois momentos)
18. Marta de Carvalho Silveira - UFF (Mesa 11: Direito e Justiça na Idade Média)
19. Miriam L. Impillizieri Silva - UERJ (Mesa 16: Portugal medieval)
20. Paulo André Parente - UNIRIO (Mesa 23: Poderes e representações na Idade Média)
21. Rodrigo Guerizoli - UFRJ (Mesa 4: Filosofia medieval)
22. Sandro Roberto da Costa - ITF (Mesa 18: A Santidade na Idade Média)